

Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Campus Nilópolis  
Programa de Pós-graduação em Ensino de  
Ciências – PROPEC

Ivo Marins

Mediações e reflexões sobre direitos humanos e a  
população LGBTI+ a partir de uma oficina de  
audiovisual em uma escola estadual.

Nilópolis - RJ  
2023

MEDIAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE DIREITOS HUMANOS E A POPULAÇÃO  
LGBTI+ A PARTIR DE UMA OFICINA DE AUDIOVISUAL EM UMA ESCOLA  
ESTADUAL.

Dissertação apresentada ao Instituto Federal do  
Rio de Janeiro como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre em Ensino de  
Ciências.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Giselle Rôças  
Coorientador: Prof. Dr. Marcus Vinícius Pereira

CIP - Catalogação na Publicação

M337m Marins, Ivo

Mediações e reflexões sobre direitos humanos e a população  
LGBTI+ a partir de uma oficina de audiovisual em uma escola  
estadual / Ivo Marins - Nilópolis, 2023.  
83 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Giselle Rôças de Souza Fonseca.

Coorientação: Marcus Vinícius Pereira.

Dissertação - (mestrado), Mestrado Profissional em Ensino de  
Ciências, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do  
Rio de Janeiro, Campus Nilópolis, 2023.

1. Sexualidade - Educação. 2. Identidade de gênero - Educação.  
3. Pessoas LGBTI+. 4. Direitos humanos. I. Fonseca, Giselle Rôças  
de Souza, **orient.** II. Pereira, Marcus Vinícius, **coorient.** III.  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de  
Janeiro. IV. Título

Elaborado pelo Módulo Ficha Catalográfica do Sistema Intranet do  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro  
- Campus Volta Redonda e Modificado pelo Campus Nilópolis/LAC,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária: Josiane B. Pacheco CRB-7/4615

IVO MARINS

**MEDIAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE DIREITOS HUMANOS E A  
POPULAÇÃO LGBTI+ A PARTIR DE UMA OFICINA DE AUDIOVISUAL  
EM UMA ESCOLA ESTADUAL**

Dissertação apresentada ao Instituto Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de Ciências.

Aprovada em: 22/11/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **GISELLE ROCAS DE SOUZA FONSECA**  
Data: 22/11/2023 12:16:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.ª Dra. Giselle Rôças (Orientadora)**  
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

Documento assinado digitalmente  
 **ALEXANDRE MAIA DO BOMFIM**  
Data: 22/11/2023 12:43:43-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Alexandre Maia do Bomfim - (Membro Interno)**  
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

Documento assinado digitalmente  
 **ROSEMARY RODRIGUES DE OLIVEIRA**  
Data: 22/11/2023 12:25:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.ª Dra. Rosemary Rodrigues de Oliveira - (Membro Externo)**  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

Dedico este trabalho a todas as crianças e adolescentes que são desconsiderados, apagados, excluídos do processo educacional porque não correspondem aos pressupostos de uma sociedade heteronormativa.

Dedico também aos professores que compreendem a importância do exercício da sua profissão para a emancipação do ser humano e que destinam as suas docências a todas, todes e todos os estudantes, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar gratidão aos meus professores: Dr. Alexandre Maia do Bomfim; Dra. Denise Leal de Castro; Dra. Flávia Monteiro de Barros; Dra. Giselle Rôças; Dr. Marcus Vinícius da Silva Pereira; Dra. Maria Cristina do Amaral Moreira; Dra. Patrícia Maneschy Duarte da Costa e Dra. Valéria da Silva Vieira. Todos os profissionais supracitados trouxeram para os meus estudos de mestrado momentos de encantamento. Em todas as disciplinas cursadas aprendi que ensinar envolve estudo, afeto, conhecimento e respeito ao ser humano. Entrei para o PROPEC – IFRJ com expectativas que foram superadas. Concluo o mestrado com a certeza de que desfrutei dos conhecimentos de excelentes professores que tive a honra de ser aprendiz.

Os agradecimentos se estendem aos professores e estudantes que contribuíram com a pesquisa. À Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosemary Rodrigues de Oliveira, pela parceria na composição do primeiro artigo publicado. Ao Grupo de Pesquisa Ciência, Arte, Formação e Ensino (CAFE – IFRJ) pelos debates e trocas de conhecimentos. E aos órgãos de fomento à pesquisa: FAPERJ, CNPq e IFRJ.

Singularmente, sou grato à minha Orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dra. Giselle Rôças, pelo apoio contínuo e paciente durante o meu processo de pesquisa. Seu imenso conhecimento e experiência profissional me deram segurança e coragem para seguir em frente e não desistir. A sua inteligência e expertise me possibilitaram encontrar caminhos para a construção da pesquisa de mestrado. Durante toda a trajetória foi amiga, conselheira, compreensiva, pontual, profissional e incentivadora do meu sucesso enquanto pesquisador.

Muito obrigado.

### **Pessoas são diferentes**

São duas crianças lindas  
Mas são muito diferentes!

Uma é toda desdentada,  
A outra é cheia de dentes...

Uma anda descabelada,  
A outra é cheia de pentes!

Uma delas usa óculos,  
E a outra só usa lentes.

Uma gosta de gelados,  
A outra gosta de quentes.

Uma tem cabelos longos,  
A outra corta eles rentes.

Não queira que sejam iguais,  
Aliás, nem mesmo tentes!

São duas crianças lindas,  
Mas são muito diferentes!

Ruth Rocha

MARINS, IVO. Mediações e reflexões sobre direitos humanos e a população LGBTI+ a partir de uma oficina de audiovisual em uma escola estadual. 80 p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de Ciências. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, RJ. 2023.

## RESUMO

Esta pesquisa investigou como abordar a sexualidade na escola pode promover o respeito à diversidade sexual e de gênero. Foram criados três artigos: o primeiro analisou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), examinando os avanços e retrocessos após a BNCC, a postura do movimento Escola Sem Partido e sua influência na aprovação da BNCC. O método usado foi pesquisa qualitativa, com análise bibliográfica e documental. O segundo artigo destacou a importância de tratar sexualidade e gênero na escola para apoiar estudantes LGBTI+. Foi feita pesquisa qualitativa com entrevistas a professores e questionários a estudantes do ensino médio. O terceiro artigo apresentou uma oficina de audiovisual sobre sexualidade e gênero, realizada com estudantes do ensino médio, divulgada por meio de um portfólio intitulado “Cine Arco-íris Portfólio dos vídeos da oficina de audiovisual”. A metodologia foi pautada na abordagem qualitativa, assumindo procedimentos de uma pesquisa-ação. Utilizou-se a técnica do diário de bordo para os registros e coleta de dados. Para a análise e interpretação dos dados coletados durante o processo de pesquisa dos três artigos, utilizou-se a técnica da Análise de Livre Interpretação (ALI). Desta forma, o produto educacional da presente pesquisa consistiu numa oficina de audiovisual construída por estudantes do ensino médio sobre a temática sexualidade e gênero, que está sendo divulgado para professores por meio de um portfólio. Os resultados apontam para a predominância de um currículo e práticas que silenciam as discussões relacionadas à diversidade sexual e de gênero, com prejuízos ao reconhecimento e respeito ao ser humano em sua diversidade. Evidenciou-se que na escola onde a pesquisa foi realizada não se discute ações de enfrentamento e combate ao preconceito e discriminação contra a população LGBTI+. As análises realizadas indicam a eficácia da oficina como um espaço de construção de diálogos, escuta, acolhimento, proteção e reflexão sobre ações de enfrentamento e combate ao preconceito e discriminação contra a população LGBTI+, sobretudo no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Sexualidade. Gênero. População LGBTI+. Direitos humanos. Oficina de audiovisual.

MARINS, IVO. Mediations and reflections on human rights and the LGBTI+ population from an audiovisual workshop in a state school. 80 p. Dissertation. Professional Graduate Program in Science Teaching. Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, RJ. 2023.

## ABSTRACT

This research examined how the treatment of sexuality in schools can promote an environment of respect for sexual and gender diversity. The study comprised three articles: the first focused on the National Curricular Parameters (PCNs) and the National Common Curricular Base (BNCC). It explored the curricular aspects of sexuality, changes after BNCC, and the School Without Party movement's stance. Qualitative research methods, including bibliographic and documentary analysis, were used. The second article emphasized the importance of addressing sexuality and gender in schools to support LGBTI+ students' recognition, promotion, and protection of their citizenship, which was done through qualitative research involving interviews with teachers and students from a state public school. The third article presented data and reflections on an audiovisual workshop about sexuality and gender conducted with high school students. A qualitative approach was employed, incorporating action-research procedures and the logbook technique. The research's educational outcome is an audiovisual workshop on sexuality and gender created by high school students, distributed to teachers via a portfolio entitled "Arco-Íris Portfolio dos vídeos da oficina de audiovisual". The results revealed a curriculum and practices that hinder discussions on sexual and gender diversity, negatively affecting the recognition and respect for human diversity. The study also highlighted the absence of discussions addressing prejudice and discrimination against the LGBTI+ population in the researched school. Nevertheless, the analyses underscored the workshop's effectiveness in promoting dialogue, listening, inclusivity, protection, and reflection to combat prejudice and discrimination, especially within the school environment.

### Keywords:

Sexuality. Gender. LGBTI+ population. Human rights. Audiovisual workshop.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|               |   |
|---------------|---|
| <b>ABGLT</b>  | Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais  |
| <b>AIDS</b>   | Síndrome da Imunodeficiência Adquirida  |
| <b>ALI</b>    | Análise de Livre Interpretação  |
| <b>ANPED</b>  | Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação   |
| <b>BNCC</b>   | Base Nacional Comum Curricular  |
| <b>CBPVE</b>  | Congresso Brasileiro de Produção de Vídeo Estudantil  |
| <b>Cenpec</b> | Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária   |
| <b>CNE</b>    | Conselho Nacional de Educação   |
| <b>DCNs</b>   | Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica  |
| <b>EAD</b>    | Educação à Distância  |
| <b>GPTEC</b>  | Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Educação e Cultura   |
| <b>ISTs</b>   | Infecções Sexualmente Transmissíveis  |
| <b>LGBTI+</b> | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e o + representa todas as outras orientações sexuais e identidades de gênero |
| <b>LDB</b>    | Leis, Diretrizes e Bases da Educação Nacional   |
| <b>MEC</b>    | Ministério da Educação e Cultura  |
| <b>NUCA</b>   | Núcleo de Criação Audiovisual   |
| <b>NUGEDS</b> | Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual   |
| <b>NUTES</b>  | Laboratório de Vídeo Educativo  |
| <b>OICULT</b> | Grupo Diversidade Indisciplinar e de Fazeres culturais e Letramento   |
| <b>OMS</b>    | Organização Mundial de Saúde  |
| <b>PES</b>    | Prática de Ensino Supervisionada  |
| <b>PCNs</b>   | Parâmetros Curriculares Nacionais   |
| <b>PNE</b>    | Plano Nacional de Educação  |
| <b>TCTs</b>   | Temas Contemporâneos Transversais   |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS:</b> .....   | <b>11</b> |
| <b>2 INTRODUÇÃO GERAL</b> .....  | <b>14</b> |
| 2.1 PERGUNTA NORTEADORA E OBJETIVOS DA PESQUISA.....   | 18        |
| <b>3 CAPÍTULO 1 – DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS AOS TEMAS<br/>CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS: O ENSINO DE SEXUALIDADE SOB<br/>O DOMÍNIO DA “ESCOLA SEM PARTIDO”</b> ..... | <b>21</b> |
| <b>4 CAPÍTULO 2 – SEXUALIDADE E GÊNERO: QUAIS AS CONCEPÇÕES DE<br/>PROFESSORES E ESTUDANTES DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO<br/>SOBRE A TEMÁTICA APRESENTADA?</b> .....          | <b>36</b> |
| <b>5 CAPÍTULO 3 – OFICINA DE AUDIOVISUAL SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO:<br/>QUAL A SUA IMPORTÂNCIA PARA A CIDADANIA DOS ESTUDANTES<br/>LGBTI+?</b> .....                          | <b>49</b> |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAL</b> .....  | <b>66</b> |
| <b>REFERÊNCIAS GERAIS</b> .....  | <b>69</b> |
| <b>APÊNDICE(S)</b> .....   | <b>77</b> |
| <b>ANEXO(S)</b> .....  | <b>78</b> |

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Eu sou o Ivo Marins, nasci e resido na cidade de Saquarema – RJ, tenho 51 anos. Sou formado em Pedagogia, professor da rede estadual de ensino desde 1994 e orientador educacional no município de Araruama desde 2015. É importante dizer que sou homossexual com uma história de vida permeada de superações de estigmas sociais: bicha, pobre, filho de pescador e de empregada doméstica, sem nenhuma perspectiva de transformação de vida a não ser pela educação.

Durante todos os anos vivenciados em sala de aula desde a década de 90, trago comigo situações que me geraram incômodos durante a fase inicial de minha vida profissional e de barreiras encontradas em uma sociedade formatada somente para considerar a família heterossexual.

No ano de 1994, iniciei a minha carreira profissional trabalhando em regime de horário integral no Centro Integrado de Educação Pública (Ciep). Na prática da sala de aula, aprendi a ser professor inspirado nos ideais políticos e pedagógicos de Darcy Ribeiro<sup>1</sup>. Durante quase trinta anos de magistério dedicados à educação básica, também assumi a responsabilidade e o desafio de ser gestor/diretor escolar de dois Cieps nos quais trabalhei. Sempre priorizei como professor, orientador educacional e gestor uma prática pedagógica pensada para o respeito aos direitos humanos, realizando um trabalho que evidencia a minha luta em atenção a diversidade sexual e de gênero e no combate ao preconceito e discriminação sexual.

De forma concomitante ao exercício do meu trabalho, busquei me aperfeiçoar profissionalmente, mantendo uma relação dialógica com as universidades públicas e outros espaços, participando de cursos, seminários, simpósios e workshops.

Em 2019, participei do Congresso Internacional LGBTI+<sup>2</sup>, realizado entre os dias 13 e 15 de novembro de 2019, na Universidade Federal do Paraná, Campus

---

<sup>1</sup> Centros Integrados de Educação Pública, CIEPs, sua concepção e atuação na sociedade do Rio de Janeiro. Programa Especial de Educação, idealizado por Darcy Ribeiro no período pós-ditadura militar, momento de redemocratização do Brasil.

FERNANDES, D. C. Darcy Ribeiro e os Cieps: uma utopia interrompida. **Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2021. Disponível em: <https://ciltec.anais.nasnuv.com.br/index.php/CILTecOnline/article/view/827>.

<sup>2</sup> De acordo com o Manual de Comunicação LGBTI+ (2018) e a Cartilha Diversidade Sexual e a Cidadania LGBTI+ (2020), a sigla LGBTI+ é internacionalmente utilizada para se referir aos cidadãos e cidadãs lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais, homens transexuais, intersexuais e o + significa todas as outras orientações sexuais e identidades de gênero.

Rebouças/ Setor de Educação, Curitiba – PR. Neste Congresso apresentei o trabalho intitulado Sarau LGBTI+: “Toda forma de amor vale a pena”, na modalidade Comunicação Oral. A partir deste Congresso, pude ter uma experiência com a realidade da população LGBTI+ muito marcante. São muitas histórias de vida, com realidades diferentes com inúmeras necessidades urgentes para viver e sobreviver. É uma luta contra vários tipos de violência que acometem esta população: preconceito, discriminação, desigualdade social, econômica, altos índices de assassinatos, entre outras pautas e questões que foram apresentadas por grupos diversos nos dias de congresso. Saí deste evento sentindo-me incompleto, entendendo que precisava continuar o meu processo de formação.

Em 2021, iniciei os estudos no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), pois acredito e percebo a necessidade de aperfeiçoar os conhecimentos por meio do mestrado para aprender a desenvolver pesquisas. Com isto, tendo a possibilidade de desenvolver novos olhares sobre a realidade educacional e atuar como um agente de transformação na luta pelos direitos humanos, por políticas públicas educacionais que garantam o direito à educação para todas as pessoas e que respeitem a diversidade sexual e de gênero dos indivíduos.

Para um maior embasamento sobre os estudos de sexualidade e gênero, em 2022, concomitantemente ao mestrado, iniciei o curso de extensão: “Pode Falar de Gênero na Escola?”, oferecido pela Pró- Reitoria de Extensão da UFRJ, coordenado por Eduardo Freitas da Costa Silva. Foi realizado no período de 07 de maio de 2022 a 30 de junho de 2022, com carga horária de 32 horas.

No IFRJ – Campus Nilópolis, no período entre 13 de junho a 13 de julho de 2022, aconteceu o Percorso Formativo Educação LGBTI+ em Direitos Humanos, oferecido pelo NUGEDS – Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do IFRJ. Os encontros foram virtuais e trouxe discussões diversas sobre a população LGBTI+.

Nos dias 29 de junho, 06 de julho e 13 de julho de 2022, participei do Curso de Formação Continuada; “Educação, Diferenças e Políticas de Reconhecimento de Sujeitos LGBTI+ nas Escolas”, com carga horária total de 15 horas. O curso foi promovido pelo Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro – Núcleo de Conceição de Macabu em parceria com o BAFO – Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo, Ética e Diferença da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O interesse pelo audiovisual surgiu em 2019 por meio da descoberta nas redes sociais de um curso de roteiro para a produção de vídeo estudantil promovido pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), na modalidade à distância (EAD) no ambiente virtual de aprendizagem. O curso ocorreu entre os meses de maio a agosto de 2019 com conteúdos relacionados a construção de roteiro de curta-metragem, produção de filmagem, uso de câmeras ou celulares e ferramentas de edição de vídeos.

Em 2021, quando entro para o Mestrado Profissional no Ensino de Ciências, oferecido pelo IFRJ, levo comigo a experiência vivida na UFPEL com o curso de construção de roteiro e produção de vídeo estudantil. Surge em mim a vontade de pensar na construção do projeto de pesquisa de forma que pudesse aliar o audiovisual aos estudos da temática sexualidade e gênero.

Nos dias 17 de novembro, 01, 08 e 15 de dezembro de 2022, das 18h às 20h, participei do curso on-line “Formação Docente e Audiovisual no Ensino”. Curso de extensão com carga horária total de 20 horas, destinado a professores e licenciandos com interesse em desenvolver propostas audiovisuais para a sala de aula, coordenado pelo professor Luiz Augusto Coimbra de Rezende Filho, do Laboratório de Vídeo Educativo - NUTES/UFRJ.

Dando continuidade ao meu processo de formação em audiovisual, nos dias 17 e 18 de dezembro de 2022, participei da oficina: “Eu sou Luz, Câmera e Ação!”. Foram dois dias de imersão no audiovisual, das 8h às 17h, com aulas de Captação e edição de imagem, captação e edição de som, aula de premissa e roteiro, produção e direção, montagem e finalização do curta produzido. A oficina aconteceu no formato presencial no município de Saquarema, ofertada gratuitamente com a coordenação de Tiago Maviero e patrocínio do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Desta forma, este trabalho desenvolveu-se por meio de uma investigação dentro do cenário de estudo apresentado. Adotou-se a linha de pesquisa: “Reflexões sobre o ensino de ciências na contemporaneidade” e para o aprofundamento da temática sexualidade e gênero optou-se por uma abordagem dos aspectos socio-históricos-culturais para refletir sobre as desigualdades e violências que acometem a população LGBTI+ na escola e na sociedade.

## 2 INTRODUÇÃO GERAL

Não é de hoje que sexualidade e gênero são temas debatidos pela sociedade e pela escola. Segundo Louro (2014, p.20), a escola exerce uma “pedagogia da sexualidade”, onde os corpos são adestrados e a heterossexualidade é validada como a única forma permitida e normal de viver a sexualidade. Desta forma, outras identidades e práticas sexuais são reprimidas e silenciadas, fazendo com que esta instituição de ensino se torne um dos espaços mais difíceis para que qualquer indivíduo expresse livremente uma condição sexual que fuja às regras do que é considerado normal. A autora relata que historicamente regras e normas definidas na sociedade se tornam um referencial para a construção do homem e da mulher (heterossexuais) civilizados. Sendo assim, a construção da identidade ainda é estabelecida por meio de valores e regras de conduta aceitas socialmente e que se constituíam no padrão normal de ser de cada indivíduo.

Na visão de Silva (2000), no que diz respeito à produção social da identidade e da diferença, é fundamental a proposição de um currículo e uma pedagogia crítica que não simplesmente reconheça e celebre a diferença e a identidade, mas que busque problematizá-las, questionando como são produzidas. Para o autor, a identidade e a diferença são construídas no contexto das relações sociais e culturais. Desta forma, põe em questionamento a visão binária em torno da qual estas construções se organizam e traz reflexões a respeito dos processos que envolvem relações de poder na construção da identidade e da diferença.

A identidade de gênero é conceituada como a maneira que as pessoas se percebem de forma íntima e individual, independentemente do sexo biológico, compreendendo também o seu reconhecimento e a forma como deseja ser reconhecida socialmente. A expressão de gênero é o jeito como os indivíduos se apresentam publicamente, independentemente da sua orientação sexual e identidade de gênero, por meio da linguagem corporal, nomes, vestimentas, comportamentos e formas de comunicação. Enquanto orientação sexual refere-se à atração emocional, afetiva e/ou sexual por pessoas de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero.

No que diz respeito à transexualidade, Bento (2008) enfatiza que é preciso problematizar a questão dos corpos de transexuais e travestis que fogem às normas de gênero impostas. A autora mostra a violência ainda cometida pela escola contra

indivíduos transgêneros, evidenciando os limites que esta instituição supracitada apresenta em lidar com a diversidade sexual e de gênero.

A escola é um ambiente composto pela diversidade humana. É uma instituição de grande importância na sociedade e que exerce um papel fundamental no acesso à cidadania de todos os estudantes. Dessa forma, também apresenta responsabilidades no que diz respeito ao combate às diversas formas de preconceitos e discriminações contra a diversidade sexual e de gênero ainda presentes na referida instituição. A presença de estudantes LGBTI+ nos ambientes escolares constituem a possibilidade para o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero como um direito à cidadania.

Na tabela 1, observa-se as principais formas de agressões cometidas no ambiente escolar contra pessoas LGBTI+. A tabela, elaborada a partir dos dados presentes no relatório apresentado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2016), indica que o Brasil apresentou o maior índice de violência no ambiente escolar quando comparado a outros cinco países da América Latina.

Tabela 1 – Índices de violência contra estudantes LGBTI+ entre os anos de 2015/2016.

| <b>Motivo da violência</b>            | <b>Tipo de violência</b> | <b>Índice observado</b> |
|---------------------------------------|--------------------------|-------------------------|
| <b>Orientação sexual</b>              | Agressão verbal          | 73%                     |
| <b>Identidade/expressão de gênero</b> | Agressão verbal          | 68%                     |
| <b>Orientação sexual</b>              | Agressão física          | 27%                     |
| <b>Identidade/expressão de gênero</b> | Agressão física          | 25%                     |
| <b>Ser LGBTI+</b>                     | Assédio sexual           | 56%                     |

Fonte: ABGLT, 2016

O relatório mencionado diz respeito a uma pesquisa nacional virtual realizada entre 2015 e 2016 que mapeou situações de violência ocorridas nas instituições educacionais contra estudantes LGBTI+. A amostra final foi composta por um total de 1.016 estudantes com idade entre 13 e 21 anos. A maioria dos/das estudantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais estava no ensino médio durante o desenvolvimento da pesquisa. Em relação aos tipos de violência sofridas, destacam-se de acordo com a pesquisa: xingamentos, ameaças, pertences danificados ou roubados, exclusão do convívio em grupos, puxões, empurrões, ameaças por telefone ou mídias sociais, entre outros.

A realidade supracitada sobre os índices de violência contra estudantes LGBTI+ revela a importância da escola na promoção e problematização de conteúdos

e questões que atravessam o ambiente escolar e a sociedade, de modo a impedir quaisquer comportamentos de violência motivados por discriminações e preconceitos. Portanto, a abordagem e reflexão crítica sobre sexualidade e gênero é de fundamental importância para a formação do cidadão e para a defesa dos direitos humanos da população LGBTI+.

No contexto educacional brasileiro, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu resoluções (diretrizes nacionais) referentes à educação em direitos humanos, expressa na resolução CNE nº1, no art. 2º, como uma educação constituída pelas compreensões e práticas educativas apoiadas nos direitos humanos, com responsabilidades de todos para o fomento, defesa e aplicação (BRASIL, 2012).

Oliveira e Queiroz (2018) afirmam que a educação em ciência, correlacionada à educação em direitos humanos, permite criar um vínculo entre conteúdos científicos e valores sociais que contribuem para a formação da cidadania.

No entanto, as discussões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) relacionadas aos direitos humanos da população LGBTI+ foram apagadas. De acordo com Santos; Miesse e Carvalho (2021), a BNCC é um documento voltado para as necessidades do mercado empresarial, com inúmeras limitações ao exercício da profissão do professor e aos conteúdos que os estudantes podem aprender. Nas competências específicas para o ensino fundamental e médio, invisibiliza e deslegitima discussões voltadas para os direitos humanos e civis, dentre elas, sexualidade e gênero. O amparo aos direitos humanos, à educação para as sexualidades e para os gêneros na BNCC é mínimo, fragmentado e sem nenhum compromisso com a formação íntegra da cidadania (SANTOS; MIESSE; CARVALHO, 2021, p. 524).

Este posicionamento do documento governamental reforça preconceitos bem como fomenta a falta de informação sobre as questões relativas à diversidade sexual e de gênero na escola, dificultando a problematização do silenciamento curricular com estratégias didáticas que reconheçam as diferentes possibilidades de expressão da sexualidade.

Desde há tempos que a literatura especializada anuncia que os professores que atuam como mediadores e construtores de conhecimentos, necessitam estar preparados e fundamentados teoricamente para abordar as questões relacionadas à sexualidade no ambiente escolar, desconstruindo toda espécie de preconceitos e discriminações, pois, de acordo com Bortolini *et al* (2014, p.14)

[...] a Escola, a despeito do que se creia, é sim um espaço onde a sexualidade se manifesta e mais, onde se produzem comportamentos, onde se instigam ou superam preconceitos, onde se difundem conhecimentos e valores. E a Escola, com seu papel formativo, tem sobre si uma enorme responsabilidade, proporcional aos seus desafios, no que diz respeito à superação dos preconceitos e à defesa irrestrita dos direitos humanos.

Ainda assim, existem escolas que na sua prática e organização pedagógica apresentam os conhecimentos impregnados de um discurso excludente e discriminatório. Práticas e discursos que fortalecem o predomínio da visão heteronormativa, tais como apontadas por Louro (2014), ao afirmar que a instituição escolar sempre produziu desigualdades, utilizando-se de vários recursos para classificar e separar os indivíduos, determinando o espaço de cada um, numa lógica social binária.

Neste sentido, a relevância do presente trabalho não está apenas em desvelar estudantes e professores sobre tal realidade, mas que tal desvelamento possa problematizar uma educação de qualidade sem opressão, discriminação e violência.

Nesta pesquisa, propomos uma oficina de audiovisual num trabalho com estudantes do ensino médio. Partimos do princípio de que a produção de audiovisual oportuniza novas formas de ver, refletir e intervir sobre a realidade vivida, porque as imagens educam. De acordo com Silva (2019), trabalhar com oficina de audiovisual possibilita uma nova relação do indivíduo com a imagem, de forma a ver e conceber o mundo com olhares diferentes. Sendo assim, podendo reinventar a si mesmo e a realidade em que está inserido. Por isso, acreditamos que nas entrelinhas dos discursos imagéticos, de modo geral, e dos ligados à temática da sexualidade, de modo específico, se encontram subtextos que apontam modos de vida, modelos de ser e estar em sociedade e, por isso, as tecnologias audiovisuais se constituem em um recurso pedagógico bastante eficaz para o trabalho com sexualidade em sala de aula.

De acordo com Pereira e Rezende Filho (2013), a escola precisa acompanhar os avanços tecnológicos e incorporá-los em suas práticas de sala de aula. Os estudantes estão imersos no mundo virtual e possuem uma relação diária com as mídias, redes sociais e produção de audiovisual (YouTube, Instagram, Tiktok, entre outros). Desta forma, cabe à escola aproveitar os conhecimentos trazidos pelos estudantes em suas relações com o audiovisual, modernizar a prática pedagógica e a didática de ensinar, pois as tecnologias audiovisuais estão fortemente presentes na sociedade e a escola precisa estar inserida nesta realidade.

## 2.1 PERGUNTA NORTEADORA E OBJETIVOS DA PESQUISA

Na presente pesquisa, investiga-se a seguinte questão: a partir de uma oficina de audiovisual sobre sexualidade e gênero, como dinamizar ações que promovam o fortalecimento dos direitos humanos da população LGBTI+ e o combate ao preconceito e discriminação vivenciados no ambiente escolar?

Para tanto, parte-se dos seguintes pressupostos:

- A produção de vídeo estudantil como estratégia de aprendizagem traz uma estreita ligação com a necessidade de práticas pedagógicas que incitem, nos estudantes, a vontade e a curiosidade pela descoberta de novos saberes. Esta condição desloca o eixo de mera transmissão de conhecimento para a sua efetiva construção, privilegiando a pesquisa e a investigação.

- A produção de vídeo estudantil pode contribuir para a problematização de questões sociais associadas à linguagem audiovisual para discutir e refletir sobre ações de enfrentamento e combate ao preconceito e discriminação relacionados à população LGBTI+.

O objetivo geral traçado para a pesquisa em tela busca discutir os direitos humanos da população LGBTI+ a partir de uma oficina de audiovisual que possa favorecer a construção de um ambiente de respeito à diversidade sexual e de gênero, na promoção e proteção da cidadania.

Para alcançar o objetivo proposto, aponta-se os objetivos específicos descritos abaixo:

- Identificar a compreensão dos professores do ensino médio, relacionada ao ensino de sexualidade e gênero na escola, a partir de entrevistas individuais;
- Identificar a compreensão inicial dos estudantes do ensino médio acerca de sexualidade e gênero, a partir de questionário com questões abertas e fechadas;
- Desenvolver a oficina com os estudantes do ensino médio da escola pesquisada;
- Construir na oficina desenvolvida com os estudantes uma coletânea de vídeos sobre as questões voltadas para a cidadania da população LGBTI+;
- Estimular a reflexão crítica sobre o processo de educação sexual existente na escola para além da abordagem biológica e de saúde.

O produto educacional desta pesquisa é uma oficina de audiovisual, onde produziu-se uma coletânea de curtas-metragens com a temática sobre os direitos

humanos LGBTI+, endereçada aos estudantes e professores. Esta oficina será apresentada em formato de portfólio, sendo, portanto, uma mídia de comunicação para que estudantes e professores possam refletir e colaborar na promoção e proteção dos direitos humanos.

Pode-se perceber diariamente através das redes sociais que os jovens produzem vídeos em variados formatos: danças, memes, dublagens, entre outros. Isso mostra que os jovens já possuem uma intimidade com a utilização de tecnologias audiovisuais.

Cabe à escola compreender a importância das tecnologias audiovisuais além de simples ferramentas pedagógicas. Como diz Rezende (2021), as tecnologias audiovisuais são artefatos eficazes com inúmeras especificidades na sociedade que aliadas a ação de estudantes e professores transformam o processo educativo.

Desta forma, a utilização das tecnologias audiovisuais com intencionalidade educativa, traz contribuições significativas na construção de novos saberes. No que diz respeito a produção de vídeos para o fomento da cidadania LGBTI+, os recursos das tecnologias audiovisuais contribuem no processo de comunicação para a construção de ações educacionais que fortaleçam as identidades LGBTI+ e busquem superar a violência.

De forma a alcançar os objetivos propostos, esta dissertação<sup>3</sup> está organizada em formato de artigos científicos, cada um com a descrição da metodologia de pesquisa, seguindo a configuração estrutural descrita abaixo. Conterá uma introdução e considerações gerais, bem como todas as referências listadas nos artigos serão listadas apenas ao final, como referências gerais, evitando redundâncias.

O primeiro capítulo aborda os aspectos teóricos que embasam a pesquisa, apresentando um estudo comparativo dos documentos oficiais da educação nacional: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Foi publicado sob o título: Dos Parâmetros Curriculares Nacionais aos Temas Contemporâneos Transversais: o ensino de sexualidade sob o domínio da “Escola Sem Partido<sup>4</sup>”, na revista Ensino, Saúde e Ambiente.

---

<sup>3</sup> A pesquisa está registrada no CEP sob número 61827422.2.0000.5268.

<sup>4</sup> Para consultar o artigo, basta acessar o Link: <https://doi.org/10.22409/resa2023.v16i.a57732>.

O segundo capítulo apresenta o mapeamento e análise da compreensão e dificuldades sobre a temática sexualidade e gênero junto a professores e estudantes do ensino médio de uma escola pública do estado do Rio de Janeiro. O texto do artigo foi submetido ao periódico Revista Ensin@ UFMS.

O terceiro capítulo apresenta a estruturação e desenvolvimento do produto educacional construído ao longo deste estudo. O texto do artigo foi submetido ao periódico Revista Diversidade e Educação.

A oficina extracurricular de audiovisual se configura como um processo educacional desenvolvido de maneira colaborativa com os estudantes da escola onde a pesquisa foi realizada. Entretanto, um dos objetivos traçados para a pesquisa era o de Identificar a compreensão dos professores do ensino médio, relacionada ao ensino de sexualidade e gênero na escola, a partir de entrevistas individuais, sendo importante o envolvimento de outros atores da comunidade escolar. Desta forma, foi elaborado um portfólio com a coletânea dos vídeos produzidos durante a oficina sobre as questões voltadas para a cidadania da população LGBTI+.

### 3 CAPÍTULO 1: DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS AOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS: O ENSINO DE SEXUALIDADE SOB O DOMÍNIO DA “ESCOLA SEM PARTIDO”<sup>5</sup>

O conceito de sexualidade apresenta diversos sentidos e significados, dependendo do referencial teórico e da área de conhecimento adotados, assim como das vivências individuais e coletivas dos sujeitos. No presente trabalho, o conceito de sexualidade não se refere apenas à reprodução humana, mas abarca as questões relacionadas ao gênero, à identidade e orientação afetivo-sexual, ao erotismo e à emoção. Por este ângulo, compreendemos que a sexualidade é uma das dimensões humanas que sofre interferências de fatores biológicos, sociais e culturais (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004).

A respeito da sexualidade Dinis (2008), afirma que

a sexualidade é ainda um dispositivo da modernidade constituído por práticas discursivas e não-discursivas que produzem uma concepção do indivíduo enquanto sujeito de uma sexualidade, ou seja, saberes e poderes que buscam normalizar, controlar e estabelecer “verdades” acerca do sujeito na relação com seu corpo e seus prazeres. (DINIS, 2008, p. 4)

A sexualidade está muitas vezes inserida em uma lógica que a defende como dimensão imutável, a-histórica e binária, uma vez que se ampara em uma concepção essencialista sobre identidades sexuais sustentadas estritamente por princípios biológicos. Essa visão sustenta o “*processo de heteronormatividade, ou seja, à produção e à reiteração compulsória da norma heterossexual*”, a qual afirma que todas as pessoas são ou pelo menos deveriam ser heterossexuais (LOURO, 2009, p. 90). Dessa forma, o padrão heteronormativo impõe modelos socioculturais de sexualidade baseados no binarismo do masculino/feminino, que passam a atuar segundo estas duas classificações sendo reproduzidas em padrões que permeiam práticas, linguagens e comportamentos humanos, relações econômicas e políticas, processo de construção histórica que passa a ser absorvido como normalidade (BENTO, 2011).

Os conceitos de sexualidade e gênero são, desse modo, produzidos e (re)descobertos a partir de diferentes discursos, pois são questões dinâmicas (CARVALHO, 2009) em que diferentes segmentos da sociedade elaborarão

---

<sup>5</sup> Este capítulo é referente ao artigo MARINS, I; OLIVEIRA, R. R; PEREIRA, M.V; RÔÇAS, G. Dos Parâmetros Curriculares Nacionais aos Temas Contemporâneos Transversais: o ensino de sexualidade sob o domínio da “Escola Sem Partido”. Ensino, Saúde e Ambiente, 16, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/57732> Acesso em: 08 de set. 2023.

definições e proclamam visões diferentes sobre o conhecimento a ser ensinado, originando um campo de disputa fecundado por variadas formações discursivas.

Sexualidade e Gênero, portanto, remetem a um campo de disputa e conflito simbólico em que concorrem práticas discursivas de confusão ideológica e silenciamentos baseados em um projeto político de sociedade que desconsidera as diversas sexualidades, bem como os discursos contra hegemônicos de valorização da alteridade. O entendimento amplo de sexualidade diz respeito à “uma das dimensões do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução” (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004, p.29), ou ainda, nas palavras de Louro (1997, p. 81) “A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se ‘despir’”.

Conteúdos sobre sexualidade são significativos, na medida em que frequentemente surgem no cotidiano da sala de aula. Neste sentido, há a necessidade de propiciar uma educação crítica e transformadora, capaz de desmistificar tabus e preconceitos, pois não existe neutralidade na educação, sobretudo quando se discute sexualidade na escola. Esta ação, de acordo com Santos (2009), tem como base uma prática pedagógica que compreende e leva em consideração uma determinada concepção de mundo, de sociedade e de sujeito histórico.

Visto que não nos despimos de nossa sexualidade e, por conseguinte, a discussão sobre a temática não ocorre de forma neutra nos espaços escolares, a escola se apresenta como lócus primordial para o desencadeamento de diálogos e reflexões a respeito do aspecto multidimensional da sexualidade. Impede, portanto, através de práticas reflexivas, eventos violentos desencadeados por discriminação e/ou preconceito contra a diversidade sexual (SILVA; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2020).

Com relação às práticas violentas, a literatura aponta que muitos professores não percebem que, mesmo de modo não intencional, trabalham com temáticas relativas à sexualidade de maneira a reforçar pressupostos heteronormativos (MADUREIRA; BRANCO, 2015). Dessa forma, os sujeitos que não se enquadram nesses discursos e rompem com os padrões heteronormativos acabam sofrendo preconceito e outras violências que os excluem do processo educacional.

Segundo Bento (2011), a discriminação reiterada sofrida pelos indivíduos que desobedecem aos padrões heteronormativos pode levá-los a desistir dos estudos e,

quando isso ocorre, a escola vê essa situação como algo inevitável. A interrupção dos estudos devido à homofobia se encontra mascarada, sendo computada nos dados de evasão, o que faz com que não existam indicadores capazes de medir a violência sofrida por aqueles que não se enquadram nos padrões heteronormativos. Por este ângulo, a configuração heteronormativa em que a escola se edifica acaba por acentuar muitas práticas preconceituosas, as quais dificultam a vivência dos estudantes que não se reconhecem heterossexuais. Este cenário insustentável de violência provoca a sua exclusão, sendo incorretamente computado no indicador da evasão (BENTO, 2011).

Apesar desse caminho perverso que historicamente a escola tem seguido frente à sexualidade, outra perspectiva começou a se firmar a partir da promulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no ano de 1996, principalmente com a publicação do Tema Transversal Orientação Sexual. De acordo com as orientações deste documento oficial, a sexualidade não deve permanecer restrita ao âmbito das Ciências ou da Biologia, mas todos os componentes curriculares “se comprometeriam com a educação sexual na escola, atentos às manifestações expressas nas falas e nos comportamentos dos alunos” (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004, p. 40).

Silva, Brancaleoni e Oliveira (2020, p.1539) referem que embora o documento tenha sido criticado por muitos pesquisadores devido, entre outros aspectos, ao “tratamento da sexualidade a partir de uma perspectiva biológica e a abordagem superficial das questões de gênero, o documento oficial corresponde à legitimação da abordagem da diversidade sexual e de gênero na escola”. Contudo, no ano de 2017, foi promulgado novo documento que regula a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). Esse documento, aliado ao documento Temas contemporâneos transversais na BNCC - propostas de práticas de implementação (BRASIL, 2019) se apresentam como sucessores dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Desta forma, a presente pesquisa tem como proposta um exercício de reflexão sobre os documentos normatizadores Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no que diz respeito à problematização curricular dos conteúdos sobre sexualidade e gênero. Buscamos compreender a forma como a sexualidade é apresentada nos dois documentos, lançando luzes sobre avanços e/ou retrocessos que a temática sofreu após a promulgação da BNCC, com o propósito de verificar em que medida estes documentos oficiais podem contribuir

(ou não) para o trabalho docente no que se refere a atuações relativas à temática do gênero e da diversidade sexual.

### 3.1 POR ONDE TUDO COMEÇA

Em seu livro 'Prática de Ensino de Biologia', Krasilchik (2008, p.41) declara que o "Currículo é um caminho a seguir", o qual inclui escolhas organizacionais. Algumas dessas escolhas são feitas nas esferas políticas federal, estadual e municipal. Diversas outras são realizadas pela unidade escolar e pela(o) professor(a). Embora advenha, em grande parte, de normativas legais, o currículo, quando adentra os muros da escola, é um projeto. Não se trata de um produto pronto e acabado, mas de uma construção permanentemente no dia a dia da escola, com a participação ativa de todos os interessados na atividade educacional.

Embora Sacristán (2013) afirme que o conceito de currículo é extremamente amplo e não acabado, no Brasil, o pensamento de senso comum tende a reduzir o currículo como um instrumento racional de planejamento e organização. É conferido a ideia de ser um rígido conjunto de conteúdos organizados em disciplinas com níveis, sequências e procedimentos bem definidos, impostos aos docentes e estudantes que não possuem participação efetiva na construção desses documentos.

Temos como exemplo dessa perspectiva que separa o pensar docente do fazer docente, o Currículo do Estado de São Paulo, que define todos os conteúdos e habilidades que o estudante tem de alcançar por bimestre, bem como delinea os procedimentos metodológicos dos quais os professores devem lançar mão com vistas a alcançar a aprendizagem dos alunos. Ou seja, o currículo do Estado de São Paulo vai ao encontro do descrito por Apple (2002) sobre o controle técnico do trabalho docente. Nas palavras do autor:

Com a utilização crescente de sistemas curriculares pré-empacotados, adotados como sendo a forma curricular básica, não é exigida virtualmente nenhuma interação por parte do professor. Se praticamente tudo é racionalizado e especificado previamente à execução, então o contato entre os professores a respeito de assuntos curriculares reais é minimizado (APPLE, 2002, p. 162).

Assim, os conteúdos presentes nos currículos fazem parte de uma cultura hegemônica e eurocentrada, definindo o que será estudado e o que é importante, com base nas avaliações externas. À vista disso, o currículo se apresenta como um grande campo de batalha de lutas sociais, políticas, religiosas, corporativistas e de identidade

cultural (APPLE, 2006). Embates político, social, cultural e identitário fazem com que cada vez mais haja questionamentos sobre o currículo estático e mais ainda sobre o papel dos docentes frente a esse conjunto normativo que rege seu trabalho, amordaçando-os. A respeito disso, Apple (2006) reconhece que os currículos têm em seu cerne o controle social, que ele nasce nesse contexto e é sobre ele que se estabelece, para que haja a manutenção dos privilégios de uma determinada classe.

Sendo o currículo um documento de dominação e regido por um grupo social privilegiado e detentor de um capital cultural, é possível entender o porquê de certos grupos identitários não se verem representados por esses documentos. Grupos LGBTQIA +, população negra, indígena, mulheres, dentre outras minorias sociais, são colocadas de fora dos documentos curriculares, ou seja, os currículos falam sobre a ótica da classe dominante, são eles que legitimam o que deve ou não ser ensinado nas escolas (PASSOS; AMARAL, 2018). Na análise do contexto de produção da proposta da Base Nacional Comum Curricular, busca-se por diálogos ou contraposições desta com o documento Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Dessa forma, a análise focará não apenas naquilo que é dito, mas, principalmente, no não dito, ou seja, nos silêncios da proposta curricular na perspectiva de desvelar os interesses de um projeto de educação em sexualidade e gênero silenciada.

Vianna e Unbehau (2004a e 2004b) afirmam que os Parâmetros Curriculares Nacionais representam o mais importante avanço em relação à adoção de uma perspectiva de gênero nas políticas educacionais. Este documento, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) na década de 1990, legitimou o ensino da sexualidade na educação básica no Brasil, trazendo a Orientação Sexual como proposta de Tema Transversal. Esse avanço diz respeito às discussões sobre sexualidade no ambiente escolar, problematizando questões que antes não eram abordadas pelos conteúdos curriculares. As mesmas autoras referem que educadores e especialistas, convidados pelo MEC, elaboraram uma versão preliminar do documento e, como parte desse processo, estudaram os currículos de outros países, as propostas dos estados e mesmo de alguns dos municípios brasileiros, além de se debruçarem sobre os indicadores da educação no Brasil e dos marcos teóricos contemporâneos sobre currículo, ensino, aprendizagem e avaliação.

Chamamos a atenção para o fato de que os PCNs não foram idealizados como uma diretriz obrigatória. Tratava-se de uma proposta de conteúdos que deveria orientar e estruturar o currículo do sistema educacional do país. O papel dos PCNs

era o de apoiar a elaboração ou a reestruturação curricular de estados e municípios, contextualizando-a em cada realidade social. Por não se tratar de um documento prescritivo, deixava espaços para o diálogo entre a equipe pedagógica, na busca de estabelecer relações entre o preconizado nos parâmetros e a realidade das práticas já existentes nas instituições. Destacaremos entre os cadernos dos PCNs aqueles relacionados aos Temas Transversais.

Os Temas Transversais compreendem seis áreas: Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo. Os critérios utilizados para a escolha desses temas se relacionam à urgência social em se discutir assuntos correlacionados na escola, como a prevenção de IST e AIDS, a gravidez na infância e adolescência, a preservação do meio ambiente, a violência, o resgate da dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, as relações de trabalho, a abrangência social destes assuntos e a possibilidade dessas discussões favorecerem a compreensão da realidade e da participação social de cada um na sociedade, ou seja, a formação para a cidadania.

A efetivação do documento colaborou muito para que se norteassem os educadores e auxiliou no esclarecimento sobre a importância do estudo da sexualidade nas instituições (CÉSAR, 2009; FIGUEIRÓ, 2009; VIANNA, 2012). De acordo com os PCNs, os programas de Orientação Sexual devem ser organizados em torno de três eixos norteadores: “Corpo: matriz da sexualidade”, “Relações de gênero” e “Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis/AIDS” (BRASIL, 1998)<sup>6</sup>.

Na visão de Altmann (2001), o desenvolvimento de atitudes de autocuidado na forma de viver a sexualidade é um dos principais objetivos apontados pelos PCNs - Orientação Sexual na escola. A autora reitera que o tema transversal da Orientação Sexual deve ser introduzido em toda a área educativa do ensino fundamental e ser tratado por diversas áreas do conhecimento para que de fato possa alcançar os objetivos propostos pelos PCNs.

De acordo com Nascimento e Chiaradia (2017), com a inclusão do tema transversal orientação sexual na educação, mudanças positivas ocorreram na cultura escolar. Nos mais de 20 anos dos PCN, com o reconhecimento do governo sobre a

---

<sup>6</sup> A partir de novembro de 2016, o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/ Aids e das Hepatites Virais do Ministério da Saúde, passou a usar a nomenclatura IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis) no lugar de DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis). A terminologia IST passou a ser adotada porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo não apresentando sinais e sintomas.

importância da abordagem da sexualidade no currículo escolar, essa temática deixa de ser um assunto proibido. Deste modo, durante todo esse período foi oportunizado que o tema sexualidade entrasse em sala de aula de forma transversal, indicando a urgência do tema estar em todas as discussões escolares e não apenas nas aulas de ciências/biologia.

Com o PCN Orientação Sexual fica clara a necessidade de formação dos professores para que o tema se tornasse realmente transversal e pudesse ser abordado por qualquer docente. Diante da realidade exposta, foi necessário o fornecimento de cursos pelas escolas e outras instituições públicas, além da produção de materiais didáticos e paradidáticos para auxiliar os profissionais a abordarem o tema. Outro aspecto importante diz respeito ao aumento do número de pesquisas em sexualidade e gênero na área de educação e ensino, um campo antes dominado somente pela área da saúde (NASCIMENTO; CHIARADIA, 2017).

De acordo com os autores citados acima, o PCN Orientação sexual trouxe contribuições importantes para o trabalho da temática sexualidade na escola. Porém, existem outros aspectos que precisam ser corrigidos, pois prevalece a perspectiva higienista da sexualidade, onde o indivíduo é responsável pelo cuidado de seu corpo, pela sua integridade física e moral. Outro aspecto negativo presente no documento diz respeito à forma como são representadas as identidades sexuais, predominantemente, heterossexuais. Um documento que ora silencia, ora relativiza as questões associadas à constituição e relação de gênero, a sexualidade infantil, as questões de desejo, prazer e afetividade.

Os PCNs são produto do primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) após a redemocratização, no governo de Fernando Henrique Cardoso, elaborado a partir de 1997 para vigorar entre 2001 à 2020. Já a Base Nacional Comum Curricular é produto do segundo PNE (2014-2024), tendo iniciado suas discussões no ano de 2012, no primeiro mandato da presidenta Dilma Housseff. No ano de 2017, acontece a promulgação da BNCC para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. A BNCC define as aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de 2013 e com o PNE de 2014.

A BNCC é um documento normatizador que orienta a organização curricular no Brasil, estabelecendo de modo progressivo, as aprendizagens que todos os

estudantes de todas as modalidades da Educação Básica no país devem alcançar durante seu processo de escolarização. Define dez competências gerais, bem como habilidades e objetos de conhecimento. As competências mobilizam conhecimentos conceituais, procedimentais, habilidades práticas, cognitivas e socioemocionais, atitudes e valores. É a partir dessas competências que os estudantes devem estar aptos a responder as demandas da vida cotidiana, do mundo do trabalho exercendo assim a cidadania (BRASIL, 2018).

No que tange à sexualidade na BNCC, é apresentada estritamente em sua dimensão biológica, em um aspecto médico-higienista, na medida em que é associada a conteúdos vinculados à anatomia e reprodução humanas, e ao controle das condutas sexuais que podem levar à gravidez na adolescência e às Infecções Sexualmente transmissíveis (SILVA; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2019). No que concerne ao gênero, os mesmos autores atestam seu silenciamento no documento oficial situação que, na palavra dos autores, poderá em última instância, “colaborar para a manutenção de misoginia, homofobia, lesbofobia, transfobia, etc., no ambiente escolar” (p. 1548).

Em relação à abordagem dos temas transversais, no ano de 2019, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica, publica os documentos “Temas contemporâneos transversais na BNCC: proposta de práticas de implementação” (Brasil, 2019a) e “Temas Contemporâneos Transversais na BNCC. Contextos Históricos e Pressupostos Pedagógicos” (Brasil, 2019b). Os TCT’s são apresentados, assim como os PCNs, como uma maneira de interligar e integrar componentes curriculares, auxiliando o estudante a estabelecer relações entre os conteúdos e seu cotidiano. Sua divisão é feita em seis macroáreas temáticas e quinze temas contemporâneos entendidas como o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes têm direito (BRASIL, 2019b). As macroáreas dos TCTs podem ser visualizadas na Figura 1

Figura 1 – Macroáreas temáticas dos TCTs e respectivos temas contemporâneos



**Fonte:** Brasil (2019)

Na próxima seção problematizaremos brevemente alguns dos fatores político-ideológicos que tencionam a transição entre a abordagem de sexualidade e gênero nos documentos PCN Orientação Sexual e BNCC.

### 3.2 APROVAÇÃO DA BNCC E O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL

Na década de 1990, ocorreu a definição de políticas educacionais nacionais, marcadas por reformas de cunho neoliberal, seguindo políticas propostas pelo banco mundial. Agentes sociais privados interferiram nas políticas públicas para a educação brasileira com a visão de maior controle sobre os currículos, avaliação e formação de professores, com o propósito de criar formas de governar, investindo em soluções empresariais e de mercado para os problemas educacionais. Esses agentes sociais privados representam fundações ligadas a grupos financeiros como: Roberto Marinho, Victor Civita, Airton Senna e Lemann, empresas como Natura, Gerdau e Volkswagen, grupos educacionais como CENPEC e movimentos como o Todos pela Educação e Amigos da Escola, entre outros (MACEDO 2014).

Para Macedo (2014) e Freitas (2016), a BNCC apresenta-se como decorrência do domínio das políticas educacionais voltadas a construir uma educação que se transforma em mercadoria para ser obtida por seus usuários. Uma nova forma de

governar a educação pautada no lucro financeiro e na formação de força de trabalho qualificada.

Nessa perspectiva, Santos, Miesse e Carvalho (2021) demonstram que é um documento que reforça a desigualdade educacional, posicionando o currículo como um ponto de partida para a formação de mão de obra para atender as necessidades do mercado de trabalho. Como exemplo citam as disciplinas de sociologia, filosofia e artes, que deixam de ser obrigatórias no ensino médio, além da implantação de percursos formativos que desobrigam os debates de temas sociais e científicos, essenciais para o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico dos estudantes.

Nas discussões das versões da BNCC, os conteúdos foram direcionados para o empreendedorismo e para o mercado de trabalho. Prevaleceu a visão conservadora/reacionária com inúmeras censuras à autonomia de estudantes e professores, principalmente nas discussões sobre direitos humanos e civis. Os conteúdos relacionados às questões de gênero e diversidade sexual sofreram forte resistência de setores ultraconservadores e da bancada evangélica na câmara, culminando na supressão desses termos na terceira versão, documento final da BNCC (SANTOS; MIESSE; CARVALHO, 2021).

Sevilla e Seffner (2017) afirmam que dois grupos podem ser apontados como lobistas para as alterações no documento final da BNCC, com exigência da retirada dos termos gênero e diversidade sexual, são eles: o projeto Escola sem Partido e os grupos preocupados com a “ideologia de gênero”. Na visão desses autores, a ação orquestrada da bancada religiosa no Escola Sem Partido resultou no apagamento dos termos gênero e diversidade sexual na versão final da BNCC apresentada ao final de 2017 para Educação Infantil e para o Ensino Fundamental.

O Movimento Escola sem Partido inicia em 2004, praticando denúncias em redes sociais. A partir de 2014, com uma base organizada, ganha destaque na mídia ao proporem projetos de lei pelo país na tentativa de implementá-los. Penna (2016) afirma que este movimento é um projeto que censura e afasta toda a natureza educacional, didática e pedagógica da escola, o qual ganha respaldo de parte da população ou por desconhecimento ou por ir de encontro aos seus preconceitos.

Professores têm a sua liberdade cerceadas e são tratados como pessoas que vão corromper os jovens. Esta ação se constitui na ideologia do Movimento da Escola sem Partido, que tem como propósito censurar discussões críticas e reflexivas, que

fazem parte do papel profissional do professor e da função social da escola. Na visão de Costa e Pelet (2017), o projeto de lei “Escola Sem Partido” contraria a constituição democrática logo que censura o processo educativo, impedindo o professor de exercer a sua profissão de forma democrática. O referido projeto incentiva o preconceito e a exclusão quando proíbe debates políticos e de gêneros, comprometendo a formação cidadã dos indivíduos.

Este movimento ultraconservador tem como objetivo garantir uma escola onde não haja fins políticos, ideológicos e partidários, além de defender os direitos dos pais sobre a educação moral de seus filhos. Baseiam-se em um modelo social pautado no patriarcalismo e uma proposta educacional tradicional, onde os jovens são tratados como meros reprodutores de conhecimentos, sem opinião e reflexão crítica. Desta forma, acreditam que a escola não deve abordar temas como política, religião, gênero e sexualidade, que professores em sua maioria são “doutrinadores” e não são educadores, pois deveriam apenas se limitar ao ensino de conteúdos técnicos (COSTA, 2017).

Para Frigotto (2016), o Movimento Escola sem Partido ameaça o convívio social e a escola pública como espaço de formação humana. Utilizam discursos que disseminam o ódio, a intolerância e ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia.

### 3.3 METODOLOGIA

Em concordância com o paradigma qualitativo que orientou este trabalho, adotamos enquanto procedimento metodológico a pesquisa qualitativa, por meio de análise bibliográfica e documental.

O acervo de materiais analisados por esta investigação compreende os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), além de artigos relacionados aos documentos norteadores da educação nacional e ao Projeto Escola Sem Partido.

A escolha dos referidos documentos, é justificada pela nossa busca por compreender a forma como a sexualidade é apresentada nos dois documentos norteadores da educação nacional, lançando luzes sobre avanços e/ou retrocessos que a temática sofreu após a promulgação da BNCC, com o propósito de verificar em que medida estes documentos oficiais podem contribuir (ou não) para o trabalho

docente no que se refere a atuações relativas à temática do gênero e da diversidade sexual.

A leitura e análise dos artigos sobre o Projeto Escola Sem Partido deu-se em função da visão ultraconservadora do referido projeto e da sua interferência na construção da BNCC.

Ambos os documentos foram analisados em sua completude procurando identificar se e como aparecem os temas gênero e sexualidade, a concepção apresentada sobre esses temas e, a partir de sua leitura, buscou-se depreender, à luz da literatura sobre sexualidade e gênero no ambiente escolar, os seguintes elementos: a sexualidade humana como uma construção social, histórica e cultural que necessita estar presente no currículo escolar, tendo em vista práticas e discursos heteronormativos que ainda discriminam e excluem indivíduos que fogem da norma.

Os dados foram organizados, agrupados e analisados segundo os pressupostos da Análise de Livre Interpretação (ALI) que, de acordo com Anjos, Rôças e Pereira (2019), é uma metodologia de pesquisa qualitativa que se propõe aliar experiências dos professores-pesquisadores ao referencial teórico-metodológico ao qual passam a fazer parte. De acordo com esses autores, é necessário que o professor-pesquisador, conhecedor da fundamentação teórica, reconheça a pluralidade de interpretações que um diálogo, situação ou texto revelam. Desta forma, é no fazer da pesquisa, comprovada pelos dados elencados entre os aspectos teóricos e metodológicos, que se fortalece a capacidade argumentativa da ALI.

### 3.4 RESULTADOS

Para entendermos como as questões de gênero e sexualidade estão definidas nos PCNs e na BNCC, buscamos traçar um percurso histórico, levantando e discutindo pontos importantes desses dois documentos. Para tal, analisa-se as construções e representações acerca da temática gênero e sexualidade presentes nos temas transversais, temas integradores e temas contemporâneos transversais dos referidos documentos.

Quadro 1 – Temáticas nos diferentes documentos oficiais

| PCNs  | TEMAS INTEGRADORES (2ª versão)  | TEMAS CONTEMPORÂNEOS (3ª versão)  | TEMAS CONTEMPORÂNEOS (4ª versão)  |
|---|---|---|---|
| Ética<br>Meio Ambiente,<br>Saúde<br>Pluralidade Cultural<br>Trabalho e Consumo<br>Orientação Sexual | Economia, educação financeira e sustentabilidade<br>Culturas indígenas e africanas<br>Culturas digitais<br>Direitos humanos e cidadania<br>Educação ambiental | Direitos das crianças e adolescentes<br>Educação para o trânsito<br>Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso<br>Educação alimentar e nutricional<br>Vida familiar e social<br>Educação para o consumo<br>Educação financeira e fiscal<br>Trabalho, ciência e tecnologia<br>Diversidade cultural<br>Preservação do meio ambiente<br>Educação em direitos humanos<br>Saúde e sexualidade | Direitos da criança e do adolescente<br>Educação para o trânsito<br>Educação ambiental<br>Envelhecimento, respeito e valorização do idoso<br>Direitos humanos<br>Relações étnico-raciais<br>História e cultura afro-brasileira, africana e indígena<br>Saúde, vida familiar e social<br>Educação para o consumo<br>Educação financeira e fiscal<br>Trabalho, ciência e tecnologia<br>Diversidade cultural |

Fonte: Brasil (1998; 2017; 2019).

Quanto aos temas tratados, há uma ampliação com relação aos PCN, os quais abordavam seis temáticas (Ética; Saúde; Orientação Sexual; Pluralidade Cultural; Meio Ambiente; Trabalho e Consumo), à medida que, na BNCC Justifica-se que a incorporação desses novos temas visa a atender às novas demandas sociais, garantindo a formação de cidadãos, o que pede uma prática educacional voltada à realidade social e à vida pessoal, coletiva e ambiental.

Desta forma, temas que não são exclusivos aos componentes curriculares, mas que afetam a sociedade e a vida humana foram incorporados pela BNCC com uma abordagem transversal e integradora. Contudo, a BNCC nos seus temas contemporâneos transversais mais uma vez desconsidera a importância da abordagem sobre gênero e diversidade sexual.

Numa análise das versões dos temas integradores e contemporâneos da BNCC, percebemos que não há referência à temática gênero e sexualidade. Neste sentido, constatamos o apagamento e silenciamento de tal abordagem. Fato este muito contraditório e preocupante na medida em que se vive diante de uma realidade historicamente marcada pelo preconceito com relação aos indivíduos que apresentam diversidade sexual e de gênero fora dos padrões heteronormativos. O relatório apresentado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2016) indica que o Brasil apresentou o maior índice de violência no ambiente escolar quando comparado com outros cinco países da América Latina.

De acordo com os dados coletados, 73% foram agredidos/as verbalmente por causa de sua orientação sexual. 68% foram agredidos/as verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero. 27% dos/das estudantes LGBT foram agredidos/as fisicamente por causa de sua orientação sexual. 25% foram agredidos/as fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero e 56% dos/das estudantes LGBT foram assediados/as sexualmente na escola.

Diante desta realidade, embora não estejam presentes na BNCC, nos temas integradores e contemporâneos transversais, podemos afirmar que os estudos sobre gênero e diversidade sexual deveriam estar associadas a tal documento, pois se referem aos desafios que a contemporaneidade precisa resolver, tratando-se de uma temática que atinge a humanidade.

Uma das inúmeras críticas relacionadas a BNCC está na forma como este documento traz a ideia de uma única abordagem em âmbito nacional para o processo de ensino. Estabelece um currículo constituído por conhecimentos comuns a todos os indivíduos, desconsiderando as especificidades regionais. Um modelo educacional que demanda concepções de uma sociedade a serviço do mercado capitalista que privilegia a competição, a produção. Descaracteriza os diversos sujeitos presentes no âmbito escolar e não contempla a diversidade da educação brasileira.

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED (2015) expressou seu descontentamento e preocupação com a construção e implementação de uma Base Nacional Comum Curricular, por nela estar delineado um projeto de sociedade e de educação contrário ao que defende enquanto instituição educacional de produção científica. Sustentou a posição de que o projeto de nação democrática expresso na Constituição brasileira e que se reflete na LDB/1996 não é reconhecida na proposta da BNCC, na medida em que neste documento normatizador está subentendido a hegemonia de uma única forma de ver os estudantes, seus conhecimentos e aprendizagens.

Verificamos que a Base Nacional Comum Curricular apresenta resistências no que diz respeito à abordagem sobre diversidade sexual e de gênero na escola, de modo que o documento aprovado em sua última versão exhibe retrocessos na discussão de tal temática, devido à forte pressão da frente parlamentar evangélica, da Escola Sem Partido, composta por deputados e senadores que exercem a pressão ideológica dos mercados sobre os currículos escolares, especialmente nas redes públicas de educação. O Movimento Escola Sem Partido se consolidou como um

movimento conservador e repressor, voltado ao controle da autonomia e do pensamento crítico produzidos pela escola. Por outro lado, também representou interesses corporativos e empresariais que visam lucros com a educação.

O Ministério da Educação (MEC), na última versão da BNCC, deixa somente o termo sexualidade como objeto de conhecimento de ciências no 8º ano, porém, sem mencionar as diversidades existentes nas questões relacionadas as orientações sexuais e identidades de gêneros, excluindo e silenciando quaisquer outras questões que fomentem a cidadania LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuados e outros) e que possa desestabilizar o projeto político heteronormativo. Um retrocesso educacional com grandes consequências, como afirma Souza Junior (2018), reiterando que sem a presente discussão fica visível a possibilidade de violência de gênero e a discriminação sexual, no âmbito escolar, as quais podem se manifestar por meio de ameaças, agressões físicas, constrangimentos, assédio sexual e/ou moral e abusos sexuais e estupro.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, compreendemos que a discussão sobre gênero e diversidade na escola ainda é uma proposta desafiadora, por caminhar contra conceitos construídos socialmente e problematizados no entorno do que é moral e “normal” frente a um padrão sexual, ou seja, a heteronormatividade. Porém, com todas as barreiras e dificuldades encontradas num ambiente ainda formatado no modelo social dominante dos padrões conservadores é na escola que se pode fazer a intervenção de ações preconceituosas e discriminatórias, entendendo esta instituição social como um espaço que deve ser para todos (as, es).

Incluir a temática sobre diversidade sexual e de gênero nos currículos escolares é reconhecer as diferentes possibilidades de expressão da sexualidade ao longo da existência dos seres humanos. Uma educação que combata as desigualdades, que possa garantir o respeito às diferenças e, por conseguinte, a não exclusão dos sujeitos dentro do processo educacional.

#### **4 CAPÍTULO 2: SEXUALIDADE E GÊNERO: QUAIS AS CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E ESTUDANTES DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SOBRE A TEMÁTICA APRESENTADA?<sup>7</sup>**

A escola é um ambiente composto pela diversidade humana. É uma instituição de grande importância na sociedade e que exerce um papel fundamental no acesso à cidadania de todos os estudantes. Dessa forma, também apresenta responsabilidades no que diz respeito ao combate às diversas formas de preconceitos e discriminações contra a diversidade sexual e de gênero ainda presentes na referida instituição. A presença de estudantes LGBTI+ nos ambientes escolares constitui a possibilidade para o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero como um direito à cidadania.

De acordo com Seffner (2020), as questões relacionadas à temática sexualidade e gênero são elementos fundamentais da cultura escolar. O ambiente escolar é um laboratório de experimentações, negociações, debates e exercício da democracia. O autor afirma que a cultura escolar e a democracia se completam mutuamente, andam juntas no exercício e na produção de práticas democráticas.

No espaço escolar, sujeitos que fogem às normas sexuais e de gênero e que durante anos foram marginalizados reivindicam cada vez mais os seus direitos enquanto cidadãos. A exemplo disso, temos o uso do nome social que vem sendo reivindicado pelos estudantes e posto em prática pelas escolas em observância ao cumprimento do decreto nº 8.727 de 28 de abril de 2016, que regulamenta o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais.

Na compreensão de York *et al* (2022), é preciso pensar a escola, a formação de professores e políticas educacionais abraçando todas as diferenças e modos de vida presentes na sociedade para que todos possam fazer parte do processo de ensino e aprendizagem. Pensar o curso de formação de professores considerando a subjetividade, o encontro com a pluralidade de vivências, compreendendo que é um processo em desenvolvimento. Nada está pronto e acabado. A autora reitera que as salas de aula são espaços da diversidade, onde as diferentes formas de ser e viver se encontram. Sendo assim, “é preciso, então, que nos preparemos para não provocarmos apagamentos, silenciamentos e outras violências que passamos a

---

<sup>7</sup> Este artigo está submetido ao periódico [Revista Ensin@ UFMS](#) – anexo 1

naturalizar na medida em que as inventamos e as praticamos.” (YORK, *et al.* 2022, p.25).

Diante do que foi exposto, o presente artigo visa analisar como a temática sexualidade e gênero é percebida e tratada por professores e estudantes em uma escola estadual de ensino médio. Uma abordagem educativa e mediadora da escola pode influenciar a reflexão, mudanças comportamentais, atitudes de enfrentamento e redução da violência?

Assumimos como pressuposto que não nos despiamos de nossa sexualidade e, por conseguinte, a discussão sobre a temática não ocorre de forma neutra entre os sujeitos que convivem nos espaços escolares.

Desta forma, identificar compreensões e abordar a temática sexualidade e gênero torna-se ato importante para a construção de ações educativas no combate e superação de preconceitos e práticas excludentes que habitam o ambiente escolar. Para alcançarmos o objetivo proposto no presente artigo, optamos por uma abordagem qualitativa, envolvendo professores e estudantes do ensino médio de uma escola pública.

#### 4.1 METODOLOGIA

A pesquisa está alicerçada na abordagem qualitativa que, segundo Bogdan e Biklen (1991), tem por objetivo construir significados acerca de situações e fenômenos sociais, em determinado contexto, visando sua interpretação e compreensão. É uma investigação que abrange uma abordagem onde o mundo é interpretado em seus cenários naturais para que se compreenda os fenômenos e os elementos que os envolvem. Por meio da pesquisa qualitativa são coletados dados que posteriormente são analisados para que se compreenda a dinâmica do fenômeno pesquisado. O presente estudo está registrado no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob número 61827422.2.0000.5268.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, a pesquisa está organizada em duas etapas: entrevista com professores e questionário para estudantes. Ambas possibilitaram alcançar contribuições significativas à luz da literatura sobre sexualidade e gênero no ambiente escolar. A entrevista semiestruturada objetivou verificar a compreensão desses profissionais relacionada ao ensino de sexualidade e gênero na escola. O roteiro continha quatro perguntas estruturadoras: 1) Qual seu entendimento sobre sexualidade e gênero? 2) Você considera importante a

abordagem dos conteúdos sobre sexualidade e gênero nos currículos escolares do ensino médio? Por quê? 3) Você se sente preparado para abordar as questões de sexualidade e gênero em sua aula? Em caso negativo, quais dificuldades você considera serem mais impactantes que dificultam sua abordagem? 4) Já lidou com alguma situação conflitante relacionada à sexualidade e gênero em sua aula? Em caso afirmativo, de que forma foi conduzida?

Dez professores participaram desta etapa e autorizaram a gravação, além de assinarem o Termo de Conhecimento e Livre Esclarecimento. O grupo é formado por professores na faixa etária de 32 a 60 anos que lecionam no ensino médio numa escola estadual no município de Saquarema – RJ (quadro 1), onde a pesquisa foi realizada. As entrevistas aconteceram entre agosto e setembro de 2022, individuais, em momentos disponibilizados pelos professores nos intervalos das aulas e em horários vagos.

Quadro 1 – descrição do corpo docente que integrou a pesquisa. Legenda: HCH = Homem cisgênero heterossexual; MCH= Mulher cisgênero heterossexual.

| <b>Código</b> | <b>Como se identificam</b> | <b>Idade</b> | <b>Tempo de formado</b> | <b>Tempo de atuação no magistério</b> | <b>Área de Formação</b> |
|---------------|----------------------------|--------------|-------------------------|---------------------------------------|-------------------------|
| <b>MAT1</b>   | HCH                        | 40 anos      | 15 anos                 | 15 anos                               | Matemática              |
| <b>MAT2</b>   | HCH                        | 53 anos      | 28 anos                 | 25 anos                               | Matemática              |
| <b>GEO1</b>   | MCH                        | 36 anos      | 15 anos                 | 14 anos                               | Geografia               |
| <b>GEO2</b>   | HCH                        | 37 anos      | 15 anos                 | 15 anos                               | Geografia               |
| <b>PORT1</b>  | MCH                        | 44 anos      | 14 anos                 | 13 anos                               | Língua Portuguesa       |
| <b>PORT2</b>  | MCH                        | 47 anos      | 30 anos                 | 24 anos                               | Língua Portuguesa       |
| <b>HIST1</b>  | HCH                        | 52 anos      | 16 anos                 | 10 anos                               | História                |
| <b>HIST2</b>  | MCH                        | 32 anos      | 10 anos                 | 10 anos                               | História                |
| <b>BIO1</b>   | MCH                        | 60 anos      | 30 anos                 | 24 anos                               | Biologia                |
| <b>ART1</b>   | MCH                        | 45 anos      | 27 anos                 | 24 anos                               | Arte                    |

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023)

O questionário semiaberto foi a escolha para a coleta de dados junto aos 10 estudantes do ensino médio que aceitaram participar de uma oficina de audiovisual acerca da temática sexualidade e gênero (quadro 2). As perguntas contidas no questionário assemelham-se às perguntas feitas aos professores, com o propósito de mapear possíveis diferenças e/ou semelhanças acerca do conhecimento e entendimento entre os grupos analisados.

Quadro 2 – Roteiro de perguntas para o questionário semiaberto sobre sexualidade e gênero aplicado aos estudantes.

1. Eu me identifico como:  
 homem cis    mulher cis    homem trans    mulher trans  
 pessoa não-binária    pessoa intersexo    outro gênero: \_\_\_\_\_

2. O que você entende por sexualidade?

3. O que você entende por gênero?

4. No seu percurso escolar até o presente ano de escolaridade, o tema sexualidade foi abordado em alguma aula?    sim    não

5. Sendo a resposta anterior afirmativa, assinale as alternativas de conteúdos sobre sexualidade que já foram abordados no seu percurso escolar:  
 ISTs    prevenção de gravidez    aparelhos reprodutores    diversidade sexual e de gênero.   Outros: especificar: \_\_\_\_\_

6. Você considera importante a abordagem dos conteúdos sobre sexualidade e gênero nas escolas? Por quê?

7. Já surgiu alguma situação conflitante relacionada a sexualidade e gênero em sua escola? Em caso afirmativo de que forma foi resolvida?

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

Todos os estudantes assinaram o Termo de Conhecimento e Livre Esclarecimento (TCLE) em conjunto com seus responsáveis, quando menores de idade (quadro 3). Buscamos identificar o que já estudaram sobre a temática, em especial para além da abordagem biológica e de saúde.

Quadro 3 – Descrição do corpo discente que integrou a pesquisa.

Legenda: HCH = Homem cisgênero heterossexual; MCH= Mulher cisgênero heterossexual; MTH= Mulher trans heterossexual; HTG= Homem trans gay; PNB= Pessoa não-binária

| <b>Código</b> | <b>Como se identificam</b> | <b>Idade</b> | <b>Série/escolaridade</b> |
|---------------|----------------------------|--------------|---------------------------|
| MCH1          | MCH                        | 21 anos      | 1º ano Ensino Médio       |
| MCH2          | MCH                        | 16 anos      | 2º ano Ensino Médio       |
| MCH3          | MCH                        | 17 anos      | 3º ano Ensino Médio       |
| MCH4          | MCH                        | 18 anos      | 3º ano Ensino Médio       |
| HCH1          | HCH                        | 17 anos      | 3º ano Ensino Médio       |
| HCH2          | HCH                        | 16 anos      | 2º ano Ensino Médio       |
| HCH3          | HCH                        | 16 anos      | 1º ano Ensino Médio       |
| MTH           | MCH                        | 21 anos      | 2º ano Ensino Médio       |
| HTG           | HCH                        | 16 anos      | 1º ano Ensino Médio       |
| PNB           | PNB                        | 19 anos      | 2º ano Ensino Médio       |

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023)

A Análise de Livre Interpretação (ALI) foi a metodologia escolhida para acessar os dados colhidos, por ampliar a análise das falas registradas por meio das entrevistas e questionários, com o intuito de investigar o que sabem professores e estudantes

sobre a temática pesquisada, além de possibilitar reflexão sobre ações que favoreçam a construção de princípios de respeito à diversidade sexual e de gênero, visando ampliar direitos e superar o quadro de violências contra estudantes LGBTI+ motivados por preconceito e discriminação.

AALI é uma metodologia de análise para pesquisas qualitativas, que se propõe a aliar as experiências dos professores-pesquisadores ao referencial teórico-metodológico ao qual passam a fazer parte (RÔÇAS *et al*, 2020). Ela se entranha na filigrana do discurso, na subjetividade da compreensão das características que muitas vezes estão nas entrelinhas do que foi escrito ou numa expressão de sentimentos no momento da entrevista (ANJOS, 2021), sendo essencial que o pesquisador seja conhecedor da fundamentação teórica e da realidade que pesquisa, para que reconheça a pluralidade de interpretações que um diálogo, situação ou texto revelam.

Neste sentido, assumiu-se os seguintes procedimentos de análise dos dados: 1º passo – Leitura e desmontagem dos textos (áudios e escritas), examinando-os nos mínimos detalhes; 2º passo – Identificação de informações contidas nos textos que serão descritas, analisadas e comparadas; 3º passo – Reagrupamento destas informações em categoria que permitissem acessar os objetivos desta pesquisa; 4º passo – Estabelecimento de relações entre as informações contidas nos textos e os referenciais teóricos utilizados na pesquisa, buscando novas compreensões acerca dos saberes de professores e estudantes sobre sexualidade e gênero, tecendo aproximações de conceitos e ideias sobre a temática abordada.

#### 4.2 REFLEXÕES ACERCA DOS SABERES DE PROFESSORES E ESTUDANTES SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO

Professores e estudantes são públicos distintos, de diferentes gerações que coabitam o ambiente escolar. Dessa forma, é importante mapear a visão de ambos os públicos para saber se há saberes divergentes relacionados à temática sexualidade e gênero na contemporaneidade.

A pesquisa realizada numa escola de ensino médio da rede estadual no município de Saquarema, RJ, aponta que conteúdos sobre sexualidade, gênero e pautas da população LGBTI+ estão presentes nos discursos e vivências dos estudantes. Porém, diferentemente dos professores, que ainda apresentam pouca familiaridade com o assunto, mas que de acordo com a entrevista, entendem a necessidade de investimentos em cursos de formação continuada sobre a temática

na escola. Dessa forma, entendemos que a presente discussão é relativamente nova no âmbito da escola, sendo mais utilizada pelos estudantes do que professores.

No entanto, nos perguntamos: de onde vem esse conhecimento adquirido pelos estudantes que ainda não se encontra nos currículos escolares do ensino médio? Informações sobre diversidade sexual e de gênero e pautas da população LGBTI+ são veiculadas nas mídias sociais. De acordo com Costa (2020), a internet, além de ser um espaço de interação social através das suas plataformas de comunicação, tornou-se um espaço de grande importância para a visibilidade e luta política da população LGBTI+. Os grupos considerados minorias sociais foram ganhando notabilidade nas plataformas virtuais, assim como em outras mídias, como televisão, jornal e revista que também se configuram como importantes instrumentos de disseminação de conteúdos e de informações para a divulgação e legitimação das pautas LGBTI+.

Considerando os dados coletados com relação às identidades sexuais e de gêneros dos entrevistados, é possível identificarmos que o grupo de professores é composto por mulheres e homens cisgênero heterossexuais. Não há nessa unidade escolar professor transgênero ou que se declara com outra orientação sexual a não ser a heterossexual que pudesse contribuir com a pesquisa. Diante desses dados, a compreensão inicial é a predominância hegemônica da heterossexualidade como norma social e que possivelmente o currículo e a prática pedagógica estejam atrelados a uma visão de sociedade heteronormativa.

Quando se analisa o grupo de estudantes esse resultado é distinto com a identificação diversificada de orientações sexuais e identidades de gênero. Entre os dez estudantes que participaram da pesquisa, temos pessoas que se identificam como cisgênero, transgênero, pessoas não-binárias, entre outros gêneros e orientações sexuais.

Segundo Jesus (2012), denomina-se de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento. E as pessoas não-cisgênero, como os transgêneros ou “trans” são aquelas que não se identificam com o gênero que lhes foi designado. No que diz respeito às pessoas não-binárias, Brazão e Dias (2021) dizem que o conceito de gênero não-binário é caracterizado como a variação dos modos de vivenciar o gênero, para além da polarização homem/mulher.

Para um melhor mapeamento sobre os conceitos apresentados por professores e estudantes no que diz respeito a sexualidade e gênero, segue abaixo o quadro 4.

Quadro 4 – Mapeamento entre os conceitos sobre sexualidade e gênero de acordo com professores e estudantes.

|                    | Sexualidade                             | Exemplo de reforço da categoria  | Gênero   | Exemplo de reforço da categoria  |
|--------------------|---|--|--|--|
| <b>Professores</b> | Escolhas afetivas e prazer              | <p><i>“Sexualidade é aquilo que você decide ter para si, para a sua vida, seu bem-estar, como você se sente bem”. MAT1</i></p> <p><i>“Na minha concepção, sexualidade é o que a pessoa escolhe para a vida dela, com base no que ela acredita ser certo para ela”. GEO2.</i></p> | Características que nascem com as pessoas (aspectos biológicos). | <p><i>“Gênero é o que nós nascemos. Temos dois tipos de gênero: ou você é homem ou você é mulher”. MAT1</i></p> <p><i>“Gênero está ligado a classificação macho e fêmea”. GEO2</i></p>     |
| <b>Estudantes</b>  | Desejos, relacionamentos e sentimentos. | <p><i>“sexualidade é um modo de se identificar consigo mesmo e se respeitar”. HCG2, 16 anos.</i></p> <p><i>“Não é algo que possamos escolher, a não ser sentir” HTG, 16 anos.</i></p>  | Escolhas, identidades. Como as pessoas se identificam.           | <p><i>“É como a gente se identifica, independentemente do jeito que a gente nasce”. MTH, 21 anos</i></p> <p><i>“É como podemos e nos confortamos em nos identificar” HTG, 16 anos.</i></p> |

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023)

Os conceitos sobre sexualidade trazidos pelos professores se assemelham ao pensamento dos estudantes que também relacionam sexualidade com afetividade, desejos e sentimentos. Conceitos que, para Louro (2009), são produzidos nas diferentes culturas, onde se aprende inúmeras possibilidades de experimentar prazeres e desejos. A autora afirma a importância de assumir que nenhuma forma de sexualidade é natural ou espontânea, são produzidas, ensinadas e construídas diariamente, através de muitas práticas escolares, familiares e culturais.

No entanto, quando conceituam gênero, professores e estudantes divergem totalmente. Para oito professores entrevistados, gênero está relacionado ao determinismo biológico, a visão binária e heteronormativa (confundem gênero com sexo), o que está em desacordo com os estudos feitos por Bento (2015), onde a autora ressalta que o fator biológico é o primeiro fator que classifica os seres humanos, mas

o gênero será transformado de acordo com as questões culturais e nas interações sociais do indivíduo.

Em contrapartida ao pensamento dos professores, os estudantes acreditam na pluralidade e atribuem ao gênero à forma como as pessoas se identificam, independente do sexo biológico. As pessoas não nascem com comportamentos prontos, serão ensinadas de acordo com a elaboração cultural de cada sociedade no que diz respeito aos padrões de comportamentos que acreditam e que definem para os gêneros (BENTO, 2015). Para complementar de forma bem elucidativa, Louro (2011) enfatiza que gênero e sexualidade são construídos socialmente e culturalmente. “Todas as formas de viver a sexualidade e os gêneros são culturais, históricas e contingentes” (LOURO, 2011, p.69).

Dando continuidade ao processo de análise dos dados, de dez professores entrevistados, nove consideram importante a abordagem dos conteúdos sobre sexualidade e gênero nos currículos escolares do ensino médio.

[...] eu acho que é importante que o aluno do ensino médio que já está saindo para o mercado de trabalho, já está assumindo as responsabilidades enquanto cidadão conheça, porque onde tem conhecimento, onde tem educação, não tem espaço para violência (ART1).

A professora de Biologia reforça a importância dos conteúdos para o entendimento e aprendizagem de todos, como relatado abaixo, na transcrição da sua fala:

Considero fundamental, poderia nem ser dentro do currículo, mas seria necessário sempre se abordar esses temas, porque as pessoas entendem que sexualidade é sexo somente, para quando você propõe trabalhar sexualidade em sala de aula o aluno acha que você só vai falar sobre sexo e sexualidade como foi dito antes aborda o seu comportamento, a maneira de você agir, a maneira de você falar, a maneira de você pensar, a maneira de se relacionar consigo mesma e com o outro, então eu acho de fundamental importância desde lá do nível fundamental ou até lá do jardimzinho que se vá discutindo esses temas para que as crianças conheçam o seu corpo, entendam o que está acontecendo na mudança da puberdade em todas as suas fases de desenvolvimento (BIO1).

É importante destacar que a professora de Biologia (relato acima) é especialista em sexualidade e trabalhou durante anos com essa pauta. Talvez por isso os seus relatos sejam tão coerentes com a discussão da temática na contemporaneidade.

Apenas um professor entrevistado disse não ser importante a abordagem do assunto nos currículos escolares do ensino médio.

Bom, importante, eu não considero como importante, mas eu acho que deve sim ser debatido, porém com uma orientação imparcial sobre o assunto, pois o professor que pode estar conduzindo esse tema ele pode puxar pra algum tipo de análise dele, do que ele quer que o aluno fale, ele pode acabar induzindo o aluno a isso (MAT1).

A fala do professor que foi transcrita acima deixa alguns questionamentos: por que não é importante a abordagem sobre sexualidade e gênero? O que seria uma orientação imparcial na abordagem do assunto? O professor pode induzir o aluno a quê? Diante do discurso do professor, podemos perceber um desconforto sobre a abordagem da temática, além da visão conservadora de educação e sociedade pautadas nos padrões da heteronormatividade.

Na concepção dos estudantes, todos consideram importante a abordagem dos conteúdos sobre sexualidade e gênero no ensino médio. Segue abaixo, alguns dos relatos:

“Sim, porque o preconceito é muito presente e para evitar tal coisa é bom abordar os assuntos pelo menos algumas vezes no mês” (HTH, 16 anos). “Sim, porque é importante que nós possamos aprender sobre nós mesmos” (PNB, 19 anos). “Sim, é importante que todos se sintam acolhidos” (MCH3, 17 anos).

Na visão de Lopes e Almeida (2020), trabalhar com as questões de sexualidade e gênero na educação é revestir estudantes de conhecimentos para o enfrentamento das várias formas de violência, pautadas no conservadorismo e nos seus modos de marginalizar as identidades que desviam dos padrões hegemônicos. A importância de uma pedagogia pautada na cultura, levando em consideração e problematizando as informações veiculadas nas mídias sociais. Desta forma, refletir sobre as identidades sexuais e de gênero e as desigualdades que brotam dessas relações. Uma pedagogia que leve em consideração a importância das relações histórico-sociais e as transformações na contemporaneidade em defesa de uma sociedade diversa, plural e humana.

Para a maior parte dos professores entrevistados, trabalhar com a temática ainda é um desafio. Os docentes não se sentem preparados e enfatizam a falta de investimento do Estado para o aprimoramento e qualificação dos profissionais em relação aos estudos de sexualidade e gênero, como nos mostra o relato abaixo:

[...] eu não me sinto uma pessoa preparada hoje para abordar o assunto para esclarecer os alunos, eu precisaria de uma formação para isso, que a minha empresa, o Estado, oferecesse cursos para que os professores tivessem mais esclarecimentos para poder abordar de uma maneira livre, de uma maneira correta, com a nomenclatura correta junto aos alunos (ART1).

Professores e estudantes participantes da pesquisa relatam situações envolvendo estudantes LGBTI+ que são humilhados, sofrem bullying, são vítimas de piadas, deboches, entre outros. No entanto, as questões que mais chamaram a atenção nesses relatos estão relacionadas ao nome social e à utilização dos banheiros.

Uma aluna durante a chamada de aula, ela pediu que não a chamasse pelo nome de batismo, só que quando eu a chamei, ela pediu que eu não a chamasse, de uma forma muito baixinha. É como se o nome dela, o nome de batismo a incomodasse, daí eu pedi que ela viesse até a minha mesa e perguntei né, o que estava acontecendo. Daí ela me explicou que ela não queria ser chamada por aquele nome, aí eu perguntei qual nome ela gostaria de ser chamada, assim, eu agi com naturalidade. Na próxima chamada eu falei o nome que ela tinha me pedido que fosse chamar e demonstrei respeito pela sua escolha pra que naquele contexto a minha tolerância ou a tolerância né, fosse vivenciada por ela (PORT1).

A questão da utilização do banheiro por pessoas transexuais e travestis ainda é motivo de debate e discussão, pois existe uma grande resistência no ambiente escolar em aceitar que outros gêneros que não sejam homens e mulheres cis nesse espaço. Segue abaixo, dois relatos a respeito dessa questão: “Não permitiram uma aluna trans usar o banheiro feminino e o problema não foi resolvido. Agora ela usa um banheiro isolado das outras meninas” (MCH4, 18 anos). “Uso o banheiro dos professores, a diretora acha que é mais seguro para mim” (MTH, 21 anos).

A impossibilidade de utilizar um banheiro de acordo com o gênero no qual se identificam revela que transexuais e travestis ainda são vistas como corpos estranhos no ambiente escolar, não são respeitadas no reconhecimento das suas identidades.

Essa forma desrespeitosa que ainda hoje são vistas e julgadas travestis e transexuais foi construída durante anos através de diferentes práticas discursivas numa relação de poder, como explica Bento (2006) em sua análise nas relações sociais sobre as caracterizações e intervenções que foram decisivas na construção da transexualidade enquanto um transtorno de identidade. A autora afirma que um conjunto de práticas discursivas biomédicas que conferiram à transexualidade a condição de patologia, de forma a querer comprovar que os corpos de travestis e

transexuais se encontram fora da normalidade e combinação existente entre sexo, gênero e sexualidade.

Através da resolução CFP nº01/2018, a Organização Mundial de Saúde (OMS) define transexualidade como uma identidade de gênero. A OMS retira a transexualidade da lista de doenças ou distúrbios mentais, permanecendo a categoria de saúde sexual.

Muitas situações relacionadas à sexualidade e gênero são vivenciadas no cotidiano escolar, porém, ficou evidente nas entrevistas que os professores não possuem um planejamento prévio para introduzir e abordar a temática com o propósito de evitar futuros conflitos. Todos os dez professores entrevistados citam o diálogo e a orientação sendo os melhores caminhos para conduzir os conflitos. No entanto, agem somente quando o assunto de alguma forma vem à tona, exterioriza-se. Não há nessa unidade escolar uma proposta pedagógica para a abordagem e reflexão sobre sexualidade e gênero.

De acordo com o quadro 4, onde foi realizado um mapeamento sobre conceitos de sexualidade e gênero na visão de professores e estudantes, ficou evidente que a maior parte dos professores entrevistados possui pouco conhecimento sobre a presente temática. Confundem os conceitos, relacionando gênero às questões genéticas, biológicas. Enfatizam somente o binarismo homem e mulher, atrelados à visão heteronormativa da sociedade.

Este fato pode estar relacionado ao tempo de formação dos professores que são formados há mais de 10 anos e fazem parte de um curso de licenciatura que não contemplava em sua proposta curricular as questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero e direitos humanos da população LGBTI+.

Atualmente, conforme afirma Rizza *et al* (2018), as temáticas sociais já fazem parte da construção da agenda acadêmica de diferentes cursos de graduação e de formação de professores. As universidades federais brasileiras têm oferecido disciplinas em diferentes cursos que abordam as questões dos segmentos sociais considerados minoritários, visando à promoção da cidadania, dos direitos humanos e do combate à violência e discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, mulheres, negros/as, índios/as, entre outros.

Os profissionais da educação precisam se apropriar dessas temáticas tão presentes na contemporaneidade e que transbordam nos espaços escolares. Que a apropriação desses conhecimentos possa vir pela formação universitária, por cursos

de formação continuada realizados pelas secretarias de educação e pelas unidades escolares. Outro ambiente para se apropriar dessas temáticas são as redes sociais virtuais que hoje representam um importante meio de comunicação, informação e organização social de vários grupos e suas lutas políticas.

### 4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a temática sexualidade e gênero na escola, mesmo sendo considerada de grande relevância por estudantes e professores que fizeram parte da pesquisa, ainda se encontra distante dos planejamentos, projetos pedagógicos e das salas de aula do ensino médio.

Consideramos essencial um maior investimento, sobretudo em iniciativas que promovam a formação continuada de profissionais da educação sobre sexualidade e gênero, pois constatou-se que este é um ponto frágil apontado pelos professores entrevistados e que pode contribuir no preparo dos profissionais para a abordagem da temática no âmbito escolar.

Desta forma, fica evidente pelas entrevistas que os professores precisam de estudos relacionados ao tema para que entendam as dimensões histórica, social e cultural de sexualidade e gênero, ensinando a temática para além da visão biológica e médica.

É preciso que as secretarias de educação atuem na área de diversidade e inclusão e ofereçam cursos, simpósios e palestras para os professores, evidenciando a importância da abordagem sobre sexualidade e gênero nas escolas para o reconhecimento da questão LGBTI+ como uma temática dos direitos humanos.

É fundamental que cada instituição escolar debata com a sua comunidade (professores, funcionários, gestores, estudantes, família) os temas de sexualidade e gênero, incluídos em projetos, oficinas, rodas de conversa, leituras, entre outros e que principalmente possa constar na proposta pedagógica curricular. O diálogo e a escuta, já apontados pelos professores, auxilia na prevenção de situações de violência que envolvem as questões de sexualidade e gênero.

No que diz respeito aos estudantes, ainda se vive com um quadro de violência muito grande, motivado pela discriminação e ódio contra a população LGBTI+. Dentre vários tipos de violência citados na pesquisa, o uso do banheiro pelas pessoas que fogem da combinação sexo-gênero continua sendo um desafio. A utilização dos banheiros pelas pessoas transexuais incomoda, provoca e desobedece a lógica

binária de sexo e gênero, pensada numa sociedade formatada para a heteronormatividade. Todas essas questões reforçam a importância do aprofundamento das discussões de sexualidade e gênero no ambiente escolar.

Desta forma, acreditamos que uma abordagem educativa e mediadora pode ser o caminho para mudanças de atitudes e redução de atos violentos. Tais resultados sustentam a necessidade de um trabalho educacional de escuta, acolhimento e ações para o fomento da cidadania dos estudantes LGBTI+. Surge então a ideia da oficina de audiovisual sobre sexualidade e gênero. Assunto que discutiremos no próximo artigo.

### **5 CAPÍTULO 3: OFICINA DE AUDIOVISUAL SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO: QUAL A SUA IMPORTÂNCIA PARA A CIDADANIA DOS ESTUDANTES LGBTI+?<sup>8</sup>**

De acordo com Lourenço e Mendonça (2017), ensinar a temática sexualidade em sala de aula sempre esteve a cargo dos professores de ciências, pois: i) há um senso comum de que são eles os possuidores de conhecimento sobre o tema; ii) é no currículo desta disciplina que os conteúdos relacionados ao corpo humano são abordados. Seguindo a lógica do ensino sobre corpo ou da diversidade de corpos, há uma transferência de que os estudos de gênero fazem parte do corpo humano.

Na visão de York (2022), gênero não está relacionado somente com o corpo biológico, mas com as leituras desses corpos em acordo com o processo histórico, cultural e social. Desta forma, é preciso trabalhar a temática sexualidade numa abordagem que extrapole os ensinamentos propostos pela Biologia. Sendo assim, acreditamos que as ciências biológicas e sociais precisam dialogar para um trabalho interdisciplinar e transdisciplinar de educação sexual, utilizando-se de projetos, seminários, rodas de conversa, debates, oficinas, entre outras propostas.

Em consonância com os estudos apresentados, este artigo traz uma proposta de oficina de audiovisual com a temática sexualidade e gênero. A presente oficina foi elaborada com estudantes do ensino médio, numa escola da rede estadual do Rio de Janeiro, no município de Saquarema.

Na concepção de Teixeira (2012), as oficinas são espaços de socialização, que proporcionam momentos de ludicidade e criatividade por meio de trabalhos de grupo. Novas aprendizagens acontecem, constroem-se valores e educa-se para a ética e para a cidadania. Traduz-se em uma estratégia eficaz para construir conhecimento de forma coletiva, com livre expressão para questionar e agir sobre realidades e situações que precisam ser melhoradas. As oficinas são espaços que apontam novas descobertas e caminhos para mudanças que se fazem necessárias.

Pretendemos suscitar com este artigo uma reflexão e compreendermos a seguinte indagação: de que forma uma oficina de audiovisual pode contribuir para o fomento, proteção e cidadania dos estudantes, sobretudo aqueles que se identificam como LGBTI+?

---

<sup>8</sup> Este artigo está submetido ao periódico [Revista Diversidade e Educação](#) – anexo 2

O objetivo que se pauta é a análise da implementação de uma oficina de audiovisual como atividade extracurricular, para o fomento da educação sexual na perspectiva dos direitos humanos e da cidadania da população LGBTI+. Esta oficina se configura no produto educacional desenvolvido ao longo da pesquisa de mestrado intitulada “Mediações e reflexões sobre direitos humanos e a população LGBTI+ a partir de uma oficina de audiovisual”.

## 5.1 METODOLOGIA

A metodologia privilegiou a oficina de audiovisual, valorizando o protagonismo estudantil como agente de transformação social. Os sujeitos do estudo compreenderam dez estudantes do ensino médio, na faixa etária de 16 a 21 anos, de uma escola estadual do município de Saquarema, no estado do Rio de Janeiro.

Para a realização da oficina de audiovisual, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), campus Nilópolis, sob o protocolo 61827422.2.0000.5268. Os estudantes que participaram da oficina e seus responsáveis autorizaram o uso de imagem e voz na produção de audiovisual, além de assinarem o Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido. (TCLE).

A opção por um estudo de natureza qualitativa deve-se ao fato de permitir ao pesquisador explorar dados relativos à vivência dos indivíduos e compreender a realidade da qual fazem parte. De acordo com Minayo (2012), a análise qualitativa possibilita a construção de conhecimento científico com instrumentos que valorizam as relações humanas, crenças e valores como matéria prima da pesquisa.

Entre as diversas formas de investigações qualitativas a pesquisa-ação apresenta benefícios de aplicação no ensino escolar. Traduz-se em uma pesquisa que está relacionada a processos de estudo, reflexão e ação em prol de mudanças sociais na escola. Implica uma postura proativa do pesquisador e dos participantes da pesquisa na identificação dos problemas (objeto de pesquisa) e na elaboração de possíveis soluções.

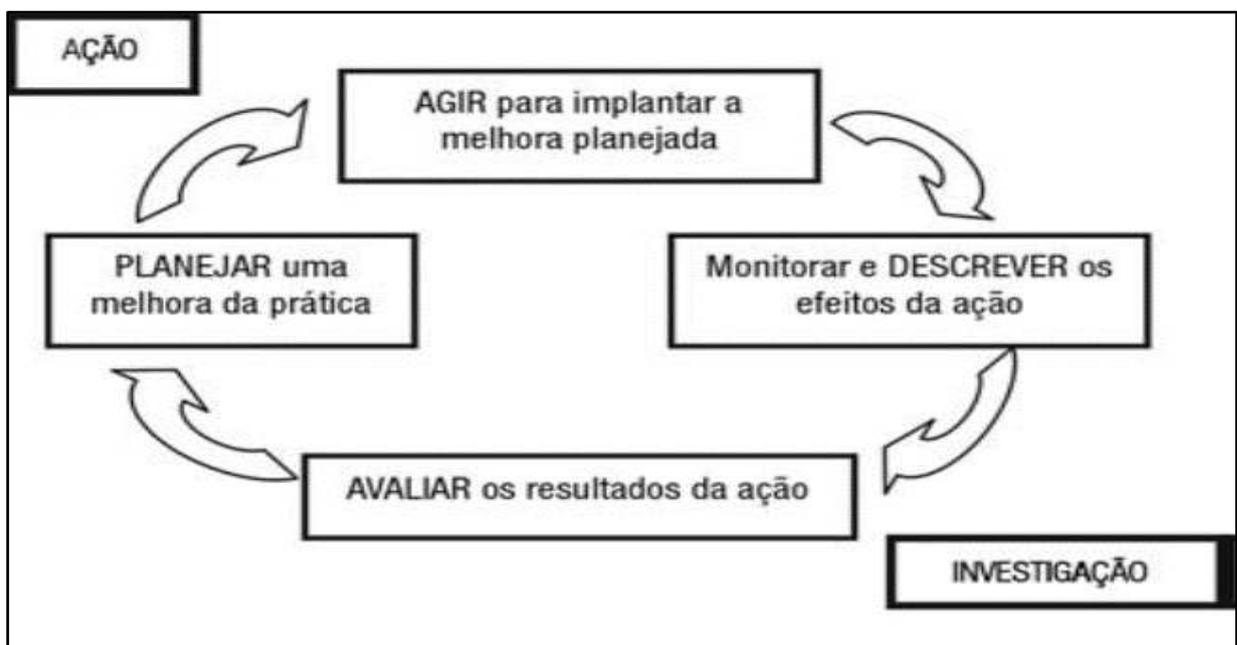
De acordo com Engel (2000, p.184)

No ensino, a pesquisa-ação tem por objeto de pesquisa as ações humanas em situações que são percebidas pelo professor como sendo inaceitáveis sob certos aspectos, que são suscetíveis de mudança e que, portanto, exigem uma resposta prática. Já a situação problemática é interpretada a partir do ponto de vista das pessoas envolvidas, baseando-se, portanto, sobre as representações que os diversos atores (professores, alunos, diretores etc.) têm da situação.

É um tipo de pesquisa que ocorre em ciclos de fases que se repetem para o aperfeiçoamento do resultado de todas as fases. É um processo que vai acontecendo de forma repetitiva, onde o que se alcança em cada fase serve como etapa para a próxima e assim, sucessivamente, até chegar no resultado esperado.

Tripp (2005), baseado na concepção de Kurt Lewin (1947), propõe um modelo de pesquisa-ação organizado em ciclos com quatro fases de desenvolvimento, como é apresentado na figura 1:

Figura 1: Representação de um diagrama em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação.



Fonte: Tripp (2005)

A primeira fase é o planejamento da ação para mudanças, após o reconhecimento do objeto de estudo e a identificação do problema dentro de um contexto social e/ou institucional. A segunda fase é a execução, a ação de possíveis soluções. A terceira fase é de monitoramento e descrição dos efeitos da ação. A quarta, e última fase, é a avaliação desta ação.

Tais ciclos buscam agir no campo da prática e investigam a respeito dela. “Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação” (TRIPP, 2005, p.446).

Assim, a pesquisa-ação caracteriza-se tanto pelo estudo da prática que é voltado para o levantamento de ações relacionadas ao objeto de estudo, quanto pela

investigação que está relacionada as conquistas na obtenção de conhecimentos no campo da ciência.

A coleta de dados foi realizada durante o desenvolvimento e aplicação da oficina de audiovisual, registrada em diário de bordo, após esclarecimento da proposta e solicitação de autorização para registro dos encontros. Do ponto de vista de Rôças *et al* (2020), as narrativas e diários de bordo são caminhos metodológicos que possibilitam ao professor desenvolver o costume de registrar sua aula e a posterior retomada para análise dos acertos e erros, refletindo e narrando a sua prática docente, identificando possibilidades de expressar sua autonomia.

Deste modo, os autores acreditam que a utilização de diários de bordo permite a (re)elaboração de cotidianos escolares com focos diferenciados, tais como: processos avaliativos, formação de professores, metodologias de ensino, práticas pedagógicas, identidade docentes e outros elementos essenciais da profissionalidade docente, possibilitando a recuperação da identidade da profissão e a autonomia docente.

A Análise de Livre Interpretação (ALI) foi a metodologia escolhida para acessar os dados colhidos, por ampliar a análise das falas registradas no diário de bordo, ao longo dos encontros da oficina. Promove a análise das narrativas dos estudantes sobre a temática pesquisada, além de possibilitar reflexão sobre ações que favoreçam a construção de princípios de respeito à diversidade sexual e de gênero, visando ampliar direitos e superar o quadro de violências contra estudantes LGBTI+ motivados por preconceito e discriminação.

De acordo com Rôças *et al* (2020), a ALI é uma metodologia de análise para pesquisas qualitativas, que alia as experiências dos professores-pesquisadores ao referencial teórico-metodológico que direciona e embasa a pesquisa. Na visão de Anjos (2021), o processo de análise soma-se com o conhecimento que o pesquisador traz em suas vivências e o conhecimento que vai adquirido no percurso da pesquisa.

Desta forma, buscamos o desvelamento da realidade estudada, a partir da compreensão das características que muitas vezes estão nas entrelinhas do que foi escrito ou numa expressão de sentimentos no momento dos diálogos na oficina. “É no ato da pesquisa, no fazer dela legitimado pela percepção relacional entre os aspectos teóricos e metodológicos, que se potencializa a capacidade argumentativa da ALI”. (ANJOS, RÔÇAS, PEREIRA, 2019, p. 36). Sendo assim, é essencial que o pesquisador seja conhecedor da fundamentação teórica e da realidade que pesquisa,

para que reconheça a pluralidade de interpretações que um diálogo, situação ou texto podem revelar.

Neste sentido, assumimos os seguintes procedimentos para a análise dos dados desta pesquisa: 1º passo – Leitura e decomposição da escrita registrada no diário de bordo, examinando-a nos mínimos detalhes; 2º passo – Identificação de informações contidas nos registros do diário que serão descritas, analisadas e comparadas; 3º passo – Reagrupamento destas informações em categoria que permitissem acessar os objetivos desta pesquisa; 4º passo – Estabelecimento de relações entre as informações contidas nos registros do diário e os referenciais teóricos utilizados na pesquisa, buscando novas compreensões a partir das premissas da ALI.

## 5.2 A OFICINA DE AUDIOVISUAL SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO

A oficina de audiovisual apresenta uma proposta de intervenção e foi pensada para trabalhar as questões que envolvem o ambiente escolar e as diferenças sexuais e de gênero. De acordo com Pereira *et al* (2015), na contemporaneidade, o adolescente encontra-se profundamente envolvido com a comunicação virtual nas redes sociais, numa espécie de relacionamento íntimo com ele mesmo e com muita proximidade com as pessoas que fazem parte do mundo virtual. Desta forma, é necessário que os educadores se insiram neste novo contexto cultural e trabalhem em sala de aula com a inclusão do audiovisual. Por meio deste mecanismo, a comunicação flui e possibilita aos adolescentes exteriorizarem as suas questões que necessitam de escuta e atenção.

Portanto, o audiovisual integrado ao mundo virtual, pode ser compreendido como um modo de expressão que faz parte do cenário contemporâneo, pois apresenta uma potencialidade na comunicação com os adolescentes, configurando-se em um importante recurso a ser utilizado no espaço escolar.

A escolha dos participantes foi feita por inscrição na escola. Logo que a inscrição foi encerrada, construímos um grupo virtual para nos comunicarmos sempre que necessário e organizarmos os encontros seguintes.

É o produto educacional, fruto de uma pesquisa de mestrado, tendo sido aplicado e avaliado no intervalo de três meses. Sua proposição surge como uma resposta de cunho prático, atrelado a prática do professor e 1º autor deste artigo. É resultado de uma pesquisa bibliográfica sobre a forma como os documentos oficiais

de educação estimulam o ensino da temática em tela e de um levantamento prévio com professores e alunos da escola sobre a temática e a oficina (MARINS, et al, 2023).

A oficina de audiovisual será divulgada por meio de um portfólio, intitulado: Cine Arco-Íris Portfólio dos vídeos da oficina de audiovisual, disponibilizado no EDUCAPES (<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/738723>). Contém três vídeos que foram produzidos pelos estudantes no decorrer dos encontros. Para entendermos do que se trata um portfólio, Nunes (2007) o caracteriza como a reunião de todo o material produzido nas atividades desenvolvidas, podendo ser individual ou coletivas. As produções das atividades podem ser reunidas em cadernos, blocos e pastas ou constituir-se em um portfólio digital.

Na concepção de Vieira (2002), o uso do portfólio na educação representa uma estratégia eficaz e com bons resultados na relação ensino-aprendizagem, na medida em que aprofunda o conhecimento e garante uma compreensão maior do que foi ensinado. O estudante tem a possibilidade de transformar a sua aprendizagem. Já o professor, além de avaliar e classificar o estudante, tem a possibilidade de repensar a sua prática.

Oliveira e Vasconcelos (2010) acrescentam que o trabalho com portfólios reflexivos representa uma estratégia eficaz no estímulo de processos de formação e autoformação compartilhadas, possibilitando que todos e todas (formadores e formandos) expressem suas vivências e experiências.

Os encontros da oficina aconteceram uma vez por semana, sempre todas as quintas-feiras dos meses de abril e maio de 2023. Foram realizados seis encontros no turno da manhã com duração de três horas cada e com número de participantes variável (entre seis e dez pessoas). Segue abaixo, o relato dos encontros.

### **1º dia da oficina – 06/04/2023**

Iniciamos às 9h no auditório da escola. No grupo virtual temos dezesseis participantes, no entanto, somente dez estudantes compareceram no primeiro dia de oficina. Foi proposta uma roda de conversa, na qual os participantes puderam se apresentar e verbalizar as suas expectativas em relação à oficina. Algumas falas evidenciam a necessidade de se expressar livremente sobre identidades, diversidades e respeito sem medo de julgamentos: *“Quero aprender mais sobre a vida dos LGBTs”*. *“Quero entender o que podemos fazer contra o preconceito”*. *“Quero fazer trabalhos*

*sobre gays e apresentar na escola*”. *“Quero aprender mais sobre mulher e homem trans”*.

Logo após a roda de conversa, foi exibido o curta-metragem “Diversidade sexual e de gênero”, realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, para refletirmos sobre a história de um menino transexual que passa pela transição de gênero no período da escola. Finalizada a exibição, o pesquisador perguntou aos estudantes o que acharam do vídeo e se existem dúvidas sobre a questão da transexualidade.

Em relação à algumas falas, percebemos colocações importantes: *“Gostei, mas não entendo por que isso acontece, da pessoa nascer de um jeito e não ser feliz daquele jeito”*. *“O pior é o que a pessoa passa: muita humilhação, muito sofrimento e preconceito”*. *“Mas não adianta. Assim como mostrou no filme, a gente só consegue ser feliz quando a gente consegue ser do nosso jeito”*.

Essas e outras falas foram o ponto de partida para refletirmos sobre identidades e expressões de gênero, orientações sexuais, banheiros que excluem corpos que não fazem parte da binaridade homem/ mulher, preconceitos, discriminações e situações vividas na escola.

Para finalizarmos o primeiro encontro, foram produzidos os crachás com os nomes pelos quais se identificam. Este momento foi de bastante descontração e criatividade. Os crachás foram usados em todos os encontros para a identificação dos participantes. O primeiro dia de oficina encerrou-se às 12h. Porém, durante o decorrer da semana, foi usado o grupo virtual para conversas e combinados para o próximo encontro.

## **2º dia da oficina – 13/04/2023**

Iniciamos às 9h, dessa vez em outro local, na sala de artes. Oito estudantes compareceram no segundo encontro. No decorrer da semana, o pesquisador solicitou aos estudantes que pensassem e escrevessem as histórias que pretendiam contar. A proposta naquele momento era o de ouvir as ideias e, conjuntamente, transformá-las em roteiros de curtas-metragens.

O pesquisador levou uma proposta impressa para ajudar o grupo de cursistas a organizar as sinopses das histórias. Porém, os estudantes preferiram escrever no próprio celular. Deu-se um tempo para que organizassem as sinopses, seguida da leitura no grupo. Surgiram quatro propostas que despertaram interesse dos

estudantes, que assumiram a pretensão de transformá-las em roteiros de vídeos. As propostas estão descritas no quadro a seguir:

Quadro1 – Títulos e sinopses construídas pelos estudantes na oficina de audiovisual sobre sexualidade e gênero.

| TÍTULOS  | SINOPSES  |
|--|---|
| <b>1. Rebeca, uma mulher guerreira!</b>        | Disposta a conseguir uma nova chance no mercado de trabalho, Rebeca (22), negra, com escolaridade nível superior, faz uma busca, através do seu celular, pelos sites de emprego. Diante da alegria de ter conseguido achar o anúncio de uma empresa que precisa de secretária, Rebeca vai se deparar com barreiras por causa da sua cor.  |
| <b>2. Para Kai, meu amor secreto.</b>          | Kai (19) era estudante da academia de artes. Amava dançar e cantar, parecia um príncipe sempre que o fazia. Por outro lado, Theo (20) era estudante de literatura. Amava livros e escrever poemas em seu caderno. Um dia, Kai encontra um pedaço de papel com uma declaração para si, eis que ficou surpreso com tais palavras, decidindo assim, que descobriria quem era a pessoa por trás daquele belo texto. |
| <b>3. Luany, o renascer para ser feliz!</b>    | Luany (21) é uma mulher transexual. Cursa o 2º ano do ensino médio em um colégio em Bacaxá – Saquarema – RJ. O documentário mostra um pouco da história de vida da Luany, da sua infância até a presente idade, os desafios de ser uma mulher trans e os seus sonhos.   |
| <b>4. Banheiros para todas, todes e todos!</b> | Entrevistas com o professor pesquisador cisgênero, com a estudante transexual e com o estudante não-binário sobre o banheiro que pessoas transgêneros devem usar. Um curta-metragem para entender e exigir os espaços de todas, todes e todos na escola.  |

Fonte: os autores (2023).

Para ensinar o gênero textual de roteiro de curta-metragem, o pesquisador utilizou a sinopse da história: “Rebeca, uma mulher guerreira!” e de forma coletiva foi construído o roteiro desta história. O roteiro foi enviado para o grupo virtual da oficina para que pudesse servir de modelo de escrita para as outras propostas de curtas-metragens.

Ficou acordado que no próximo encontro iniciáramos as produções dos vídeos de acordo com as sinopses apresentadas e os roteiros construídos. Os estudantes apresentaram-se empolgados com a proposta da oficina e através dos roteiros exteriorizaram as ideias e questões que querem descortinar na produção audiovisual. Como última atividade do encontro foi exibido o curta-metragem: “Ser”, da TV Tribuna, com direção de Bernardo Luiz e Nadjara Martins. É um documentário sobre histórias de vida de pessoas transexuais. O encontro foi encerrado às 12h.

### 3º dia da oficina – 20/04/2023

A partir deste dia, todos os encontros começaram às 9h com a oferta de um lanche para criar um clima mais sociabilizado. Compareceram seis estudantes. Duas

estudantes que participavam da oficina pediram transferência para outra escola da rede estadual, mas continuam no grupo virtual.

O pesquisador exibiu o curta-metragem: “In a Heartbeat”. É um curta-metragem de animação que traz a temática sobre a descoberta do amor entre dois garotos adolescentes. Dirigido por Beth David e Esteban Bravo.

Logo após a exibição do curta-metragem, o pesquisador pediu a análise do grupo e perguntou se seria possível produzir curtas-metragens semelhantes. Surgiram algumas falas importantes: *“Eu penso que dá para fazer. O filme fala de amor, mas muita gente aqui na escola se assistir não vai gostar”*. *“Não vejo nada demais no filme: não tem fala, não tem beijo, é só o sentimento. Mas também acho que muita gente se assistir vai criticar”*. *“Se criticam dois meninos gays, imagina se for um filme de amor entre trans?”*.

Em seguida à reflexão e discussão, o grupo foi para a sala de artes, local que serviu de cenário para as filmagens do primeiro curta-metragem.

Foi possível filmar todas as cenas de “Rebeca, uma mulher guerreira!”. As filmagens foram feitas utilizando-se dos celulares dos estudantes e foram acompanhadas pelo pesquisador que orientava e pedia para refazer quando não ficava boa. A edição ficou por conta do pesquisador com colaboração de todos na montagem e organização das cenas. Foi um encontro descontraído, trabalhoso, que estreitou vínculos entre os participantes, sendo as filmagens iniciais do primeiro curta-metragem (figura 2)

Figura 2 – Filmagem do curta-metragem: “Rebeca, uma mulher guerreira!”



O grupo de estudantes ficou muito empolgado com o desenvolvimento das filmagens e feliz em ver a sua história no formato de roteiro sendo transformada em filme. *“Eu gostei muito, ficou bem legal! Acho que dá pra gente passar aqui na escola para conversar sobre preconceito e racismo”*. *“Nesses dias ouvi um menino no recreio falando com o amigo negro: isso só pode ser coisa de preto”*.

Importante frisarmos que a temática preconceito racial entrou nas discussões da oficina pela estudante Nayane, que trouxe essa proposta para o grupo pensar também nas questões de preconceito racial e de gênero. Questões bem relevantes que fazem parte das pautas de lutas dos movimentos sociais.

Dada essa relevância, em 2023, na 27ª Parada do Orgulho LGBTI+ de Copacabana, foi lançada pelo grupo Arco-Íris a nova versão da bandeira símbolo da população LGBTI+. Além das cores do arco-íris usadas na tradicional bandeira desde 1987 que representam a diversidade, novas cores e símbolos foram acrescentados. A bandeira atualizada conta com uma seta que indica progresso. As cores preto e marrom fazem menção ao movimento antirracista, as cores azul, rosa e branco representam o orgulho trans e as cores branco e amarelo, junto a um círculo roxo, fazem o símbolo do orgulho intersexo. Logo abaixo, apresenta-se a figura da bandeira atualizada.

Figura 3 - Nova bandeira LGBTI+.



**Fonte:** CAIXETA, 2022

Concluída as gravações do primeiro curta-metragem, ficou acertado que no próximo encontro nos dedicaríamos às gravações do segundo curta-metragem.

#### 4º dia da oficina – 27/04/2023

Neste dia compareceram seis estudantes e o grupo foi reunido na sala de Artes para a filmagem do segundo vídeo: “Luany, o renascer para ser feliz”. Para a produção do curta-metragem, foi pensado um roteiro onde a protagonista relata alguns momentos importantes da sua vida: o convívio em família, os desafios de ser uma mulher trans e os seus sonhos. Todos gostaram da proposta do vídeo e consideraram importante a exibição na escola para provocar uma reflexão sobre a transexualidade e a diversidade de gênero.

Os estudantes relataram que a escola ainda precisa avançar muito na compreensão da diversidade sexual e de gênero. “Vivo sendo chamada na sala da direção porque me acham abusada”. (estudante trans). “A minha presença sempre incomoda” (estudante cis gay). Acordamos a organização de um cine debate no mês do orgulho LGBTI+, para discutirmos com professores e estudantes a diversidade sexual e de gênero e as questões relacionadas à cidadania desta população. Logo abaixo, apresentamos o registro de um momento da gravação do segundo curta-metragem.

Figura 4 – Filmagem do curta-metragem: “Luany, o renascer para ser feliz!”



Fonte: Os autores (2023)

Decidimos que no próximo encontro seria a gravação do terceiro vídeo. O encontro encerrou-se às 12h.

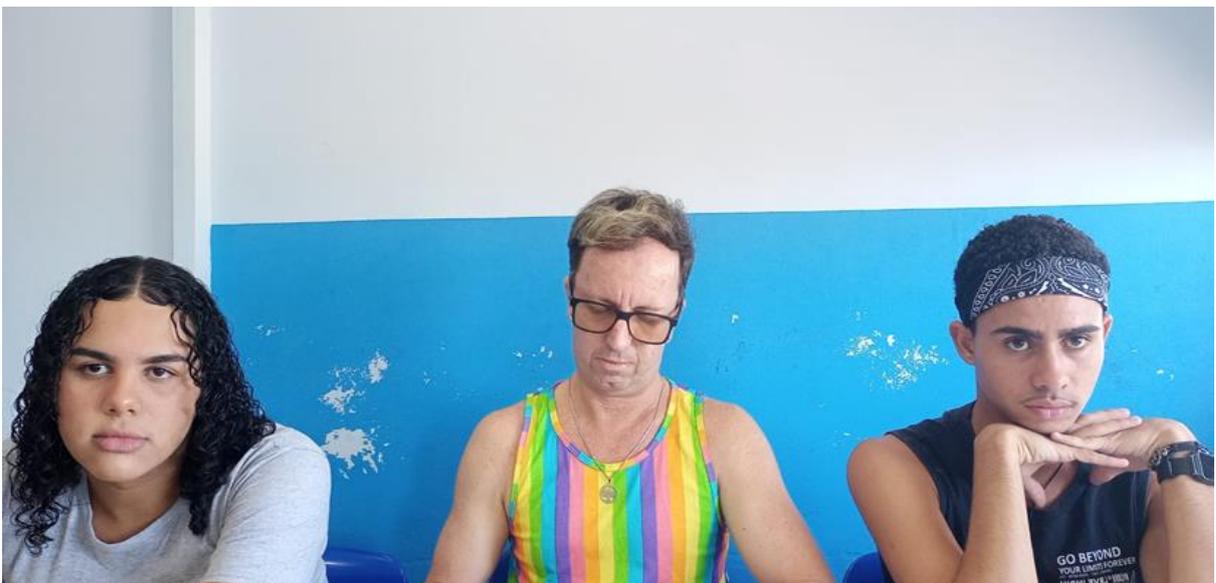
### 5º dia da oficina – 04/05/2023

O grupo, com seis integrantes, foi reunido na sala de vídeo para a filmagem do terceiro curta-metragem: “Banheiros para todas, todes e todos!”. O pesquisador participou do curta, assumindo um papel de protagonismo, ao trazer algumas contribuições sobre o assunto tratado. A discussão gira em torno da proibição da utilização dos banheiros por pessoas transgêneros, visto que é um problema educacional e social, que ainda não foi julgado e que tramita no STF desde o ano de 2015.

Segundo o pensamento de Rios e Resadori (2015), um dos argumentos principais da proibição da utilização dos banheiros por transexuais é o risco à segurança e a privacidade das usuárias cisgêneros. Argumento injustificável, diante do fato de que não existem dados que comprovem a ação de transexuais ameaçando ou cometendo violência em banheiros femininos. Este argumento é fundado em suposições preconceituosas que não se comprova. Em contrapartida, o que se comprova são episódios recorrentes de violência moral e física contra transexuais femininas quando vão utilizar o banheiro público.

Na figura abaixo, podemos ver o registro de um momento da gravação do terceiro curta-metragem.

Figura 5 – Filmagem do curta-metragem: “Banheiros para todas, todes e todos!”.



Fonte: Os autores (2023)

Logo após a conclusão das gravações, a palavra foi passada para a Luany, uma estudante que também protagonizou o filme e pediu para falar. A estudante

aprovou o vídeo, mas trouxe para as discussões o seu incômodo em utilizar um banheiro separado das demais estudantes:

“Eu sou mulher, quero utilizar o banheiro feminino. Já entendi que ainda não tem uma lei aprovada para isso, mas me sinto obrigada a usar um banheiro que as outras meninas não usam. Um banheiro que a escola proporcionou para mim, onde eu não me sinto bem em usar” (Luany).

Os outros estudantes presentes também acreditam que a Luany deveria utilizar o banheiro feminino, porém, deixam claro que o assunto divide opiniões entre estudantes e professores do colégio: *“Essa discussão do banheiro é muito polêmica. Aqui na escola mesmo, a gente tem professores e alunos que aceitam e outros que acham um absurdo dividir o banheiro com gays e transexuais”*.

Sobre alternativas que possam solucionar a questão em pauta, Rios e Resadori (2015), pensando nos direitos fundamentais do ser humano, apontam algumas possibilidades que respeitem a dignidade, a liberdade, a privacidade e a igualdade. As alternativas sugeridas são: 1. Dois banheiros separados por gênero, com liberdade de utilização sem discriminação por identidade de gênero; 2. Instalações de banheiros de utilização individual, acessíveis a todos, sem distinção de sexo ou identidade de gênero; 3. Instalação de um único banheiro, de utilização coletiva e universal, com cabines individuais internas sem distinções.

Diante do exposto, podemos constatar a importância de apresentar os vídeos para professores e estudantes e provocarmos uma discussão sobre cidadania LGBTI+. O encontro foi encerrado às 12h.

### **6º dia da oficina – 11/05/202**

O último dia da oficina iniciou-se às 9h com o café/ lanche. Neste encontro, compareceram seis estudantes. O grupo foi reunido no auditório para a apresentação dos três vídeos. Logo após a exibição, decidimos nos organizarmos numa roda de conversa para tecermos olhares críticos sobre as nossas produções audiovisuais.

Após a exibição dos curtas-metragens, a partir da roda de conversa, os estudantes ficaram com algumas expectativas ao pensarem quando essas produções serão apresentadas para a escola e como será a reação de estudantes e professores no diálogo/debate desses curtas-metragens.

muitas características importantes foram levantadas pelos estudantes na análise dos vídeos, como nos mostra o quadro abaixo:

Quadro 2 – características importantes nos vídeos produzidos

| <b>Curtas-metragens</b>                                 | <b>Link</b>   | <b>Características importantes</b>   |
|---|---|--|
| <b>Vídeo1: “Rebeca, uma mulher guerreira!”.</b>         | <a href="https://drive.google.com/file/d/1OPOWm1wNwPboaKpfz8ZGJO-8vCaHxVIV/view?usp=drive_web">https://drive.google.com/file/d/1OPOWm1wNwPboaKpfz8ZGJO-8vCaHxVIV/view?usp=drive_web</a> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Preconceito racial e de gênero;</li> <li>- A mulher no mercado de trabalho;</li> <li>- Desigualdade de gênero;</li> <li>- Confiança e autoestima da mulher negra;</li> </ul>              |
| <b>Vídeo 2: “Luany, o renascer para ser feliz”.</b>     | <a href="https://drive.google.com/file/d/1Oa_t6ltzRMNu0lgWRyhQ5i8Ht5xkmjMJ/view?usp=drive_web">https://drive.google.com/file/d/1Oa_t6ltzRMNu0lgWRyhQ5i8Ht5xkmjMJ/view?usp=drive_web</a> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Transexualidade;</li> <li>- Preconceitos;</li> <li>- Família, escola e a diversidade humana;</li> <li>- Lutas, desafios e sonhos.</li> </ul>  |
| <b>Vídeo 3: “Banheiros para todas, todes e todos!”.</b> | <a href="https://drive.google.com/file/d/14eWD6i6sHSxtfGYUCC5CyT14ebO5WrAT/view?usp=drive_web">https://drive.google.com/file/d/14eWD6i6sHSxtfGYUCC5CyT14ebO5WrAT/view?usp=drive_web</a> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Identidade de gênero e orientação sexual;</li> <li>- Nome social;</li> <li>- Lei para banheiros inclusivos que tramita no STF;</li> <li>- Visão binária de escola e sociedade.</li> </ul> |

Fonte: os autores 2023

### 5.3 REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO

No vídeo 1, um filme sobre preconceito racial e de gênero, evidenciou-se a necessidade dos estudantes roteiristas de abordarem questões que os incomodam na sociedade, especificamente em se tratando do mercado de trabalho que ainda trata mulheres e homens de forma diferenciada. A discriminação de mulheres, sobretudo negras, com cargos inferiores ou com salários incompatíveis ao seu nível de escolaridade, numa sociedade ainda dominada pela figura do homem branco. O filme também aborda relatos da protagonista e encoraja as mulheres a desafiarem as barreiras sociais, mostrando a sua força e competência. Pontos importantes para serem discutidos no cine-debate com os estudantes e professores da escola.

O vídeo 2 mostra um pouco da história de vida da Luany. Faz-se a opção de uma abordagem simples e familiar para evidenciar que todas as vidas importam e que o ser humano, independente da identidade de gênero ou orientação sexual, busca a felicidade. Os estudantes roteiristas colocam em pauta um breve relato da história de vida de uma estudante transexual, os desafios enfrentados no dia a dia e os seus sonhos. Neste vídeo evidenciamos a importância do acolhimento familiar e da escola enquanto instituições fundamentais no processo de desenvolvimento do ser humano. Luany precisou nascer ou renascer, para o ser humano que habita o seu corpo ter a possibilidade de ser feliz com muitas lutas, desafios e sonhos. Um vídeo que suscita

muitas discussões para a quebra de preconceitos e discriminações contra a população LGBTI+.

No vídeo 3, discute-se a problemática em torno da proibição da utilização de banheiros de acordo com a identidade de gênero de transexuais, travestis e pessoas não-binárias. O uso do banheiro pelas pessoas que fogem da combinação sexo-gênero continua sendo um desafio, o que reforça a importância do aprofundamento das discussões de sexualidade e gênero no ambiente escolar.

A utilização dos banheiros pelas pessoas transgêneros incomoda, provoca desconforto naqueles que aprenderam durante toda a vida que só existem dois gêneros e que o banheiro atende nesta combinação: se tem pênis utiliza o banheiro masculino, se tem vagina utiliza o banheiro feminino. Quando outros corpos transgridem a lógica binária de sexo e gênero, coloca-se em discussão a divisão desse espaço. Sendo assim, muitas escolas tomam a decisão de disponibilizarem os banheiros de professores e funcionários para as pessoas transgêneros, o que faz com que os conflitos sejam mascarados e nunca resolvidos.

O uso de banheiros por pessoas transgêneros tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) desde o ano de 2015, mas ainda não foi julgado. Trata-se da Resolução nº 12 de 16/01/2015, no artigo 6º que estabelece parâmetros para assegurar e garantir o direito ao uso de banheiros públicos, de acordo com a identidade de gênero que a pessoa se identifica.

Na visão de Cetrone (2023), será contraditório para o STF não votar favoravelmente pela utilização dos banheiros públicos pelas pessoas transgêneros, devido ao fato de que este tribunal já vem em outras ações assegurando o direito dessa parcela da população. Podemos citar como exemplo o ano de 2018, onde o STF reconheceu como direito fundamental das pessoas transgêneros a autoafirmação e retificação de nome e gênero. E, em 2019, quando criminalizou e reconheceu a discriminação por identidade de gênero. Logo, acredita-se que o tema, que espera há oito anos para ser julgado, pode voltar a ser discutido no STF em breve com decisão favorável às pessoas transgêneros.

Encerramos o último encontro da oficina às 12h. No que diz respeito ao curta-metragem que não foi gravado, o pesquisador colocou-se à disposição para possíveis orientações para a gravação. Os encontros presenciais da oficina terminam nesta data, porém, o grupo virtual permanecerá aberto para a nossa comunicação.

#### 5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um dos espaços privilegiados de convívio com a diversidade humana. Nela, encontram-se todos os tipos de pessoas com as suas diferenças que precisam ser respeitadas e consideradas num trabalho educativo sobre diversidade sexual e de gênero.

De acordo com Louro (2014) temos na contemporaneidade a presença em grandes números de mulheres em sala de aula, uma maior visibilidade de estudantes LGBTI+ com diferentes expressões de gêneros e o reconhecimento dado pelas mídias para as lutas e existências desta população. Além disso, temos uma forte e decisiva atuação dos movimentos sociais, do feminismo, dos estudos culturais, movimento negros entre outros.

Sendo assim, este estudo priorizou uma abordagem sobretudo sociocultural para refletir sobre as questões que envolvem a sexualidade humana. Ao pensarmos sobre a referida temática, integramos as ciências biológicas e sociais para problematizarmos as questões socioculturais e de desigualdades que atravessam os estudos sobre sexualidade e gênero.

O trabalho com a oficina de audiovisual comprovou a sua relevância ao proporcionar protagonismo aos estudantes, priorizando a escuta para o entendimento dos conflitos vivenciados no ambiente escolar. Os relatos e discussões apontaram caminhos para refletirmos sobre novos procedimentos em combate ao preconceito e discriminação relacionados à diversidade sexual e de gênero vivenciados na escola.

A oficina transformou-se num espaço seguro, confiável para que todas as pessoas presentes pudessem falar abertamente sobre medos, inseguranças, insatisfações, desejos e sonhos. Além de estimular a criatividade através da construção de roteiros e produção de curtas-metragens.

Foram produzidos três vídeos na oficina. Através da produção fílmica, os estudantes puderam externalizar suas opiniões e provocar reflexões sobre assuntos considerados necessários para a promoção da cidadania. Os resultados mostram que a oficina de audiovisual sobre sexualidade e gênero obteve êxito em sua proposta. Porém, a sua implementação não foi simples, passamos por alguns percalços: estudantes que queriam participar, mas não queriam que a família soubesse; estudantes que iniciaram e depois mudaram de escola; desconfianças de algumas pessoas, funcionários e famílias em relação a seriedade da proposta; visões religiosas e políticas em favor da

heteronormatividade e contrárias a uma proposta de discussão sobre diversidade sexual e de gênero na escola.

O grupo que decidiu participar da atividade extracurricular resistiu aos contratempos e trouxe para os encontros situações e vivências relacionadas à diversidade sexual e de gênero para serem refletidas. A oficina de audiovisual configurou-se como um espaço de criação, interlocução, acolhimento, escuta, vivências e proteção dos estudantes que se diferenciam dos padrões heteronormativos. Além de refletir sobre ações de enfrentamento e combate ao preconceito e discriminação contra a população LGBTI+, sobretudo no ambiente escolar.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAL**

A partir desta experiência, percebemos que é possível e necessário discutir as questões de sexualidade e gênero para além dos aspectos biológicos e médicos. Sendo assim, ao abordar, em sala de aula, os estudos da anatomia e fisionomia humana é preciso também problematizar as questões socioculturais e de desigualdades que atravessam as reflexões sobre sexualidade e gênero. Um trabalho que pode ser desenvolvido de forma interdisciplinar e transdisciplinar, através de oficinas, projetos, seminários, rodas de leituras, entre outras possibilidades.

Esta pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa assumindo o recorte da pesquisa-ação. Foi organizada a partir da escuta de dez professores de uma escola de ensino médio da rede estadual e dez estudantes da mesma escola, os quais participaram da oficina de audiovisual. As questões abordadas na oficina sobre a temática sexualidade e gênero no ambiente escolar seguiram os apontamentos e sugestões dos professores e estudantes. Visou possibilitar a construção de ações para superar ou minimizar a violência no ambiente escolar motivada pelo preconceito e discriminação em relação às pessoas que não se enquadram nas normas dominantes da heterossexualidade. Inicialmente, foi pensada para ser desenvolvida no 8º ano em um colégio municipal na cidade de Araruama, onde o pesquisador atua como orientador educacional. O ano de escolaridade foi escolhido devido ao objeto de conhecimento sexualidade constar na BNCC, o que de certa forma possibilita ao professor um planejamento sobre a temática.

Sendo assim, a pergunta de pesquisa problematizava a inclusão do termo sexualidade na BNCC somente no 8º ano, trazendo a temática direcionada apenas para o estudo biológico e médico. O documento norteador da educação básica não menciona as questões de gênero, apagando totalmente este termo e a devida discussão dentro da temática sexualidade. Dito isto, tudo transcorria perfeitamente até o momento em que o pesquisador planejou desenvolver uma atividade no colégio relacionada à disciplina Prática de Ensino Supervisionada (PES). Neste momento, a diretora da unidade escolar fez contato, informando que apesar de ter assinado o termo de concordância, a pesquisa não poderia ser realizada no colégio, devido ao grande número de crianças evangélicas e que isso lhe traria um enorme problema. Diante desta situação, o pesquisador respeitou a decisão da gestora, porém, percebeu que se defrontaria com inúmeras barreiras para desenvolver a pesquisa em outras escolas deste município: cidade do interior ainda muito conservadora e politicamente

reacionária; escolas que não respeitam a laicidade, onde se predominam o culto evangélico ou as orações do catolicismo; gestores que ocupam cargos vitalícios e que somente a partir do ano de 2023 houve um processo consultivo para a escolha de novos gestores; a visão de inclusão é somente para as crianças com dificuldades de aprendizagem e com comprometimentos físicos e mentais. A inclusão de sexualidade e gênero não é abordada e, quando surge algum caso relacionado a esta temática, as escolas trabalham em silêncio, como se fosse algo que vai contra aos preceitos morais e religiosos.

No processo pela busca de outra unidade escolar para desenvolver a pesquisa, surgiram novas ideias para investigar a temática. Desta forma, o pesquisador mudou local e sujeito da pesquisa. Levou a proposta para um colégio do município de Saquarema, no qual leciona a disciplina Sociologia para turmas do ensino médio. A nova escolha deu-se também em função do direcionamento da pesquisa para uma abordagem mais abrangente sobre sexualidade e gênero, levando em consideração os aspectos socioculturais e um tratamento interdisciplinar e transversal. Incluir a temática sobre diversidade sexual e de gênero nos currículos escolares é reconhecer as diferentes possibilidades de expressão da sexualidade ao longo da existência humana. Uma educação que combata as desigualdades, que possa garantir o respeito às diferenças e, por conseguinte, a não exclusão dos sujeitos dentro do processo educacional.

Na presente pesquisa, investigamos a seguinte questão: a partir de uma oficina de audiovisual sobre sexualidade e gênero, como dinamizar ações que promovam o fortalecimento dos direitos humanos da população LGBTI+ e o combate ao preconceito e discriminação vivenciados no ambiente escolar? Todos os objetivos específicos traçados foram alcançados: identificamos a compreensão de professores e estudantes do ensino médio acerca da temática sexualidade e gênero e da importância da abordagem da temática na escola; desenvolvemos uma oficina com dez estudantes do ensino médio e construímos um portfólio contendo três vídeos com questões voltadas para a cidadania da população LGBTI+; estimulamos a reflexão crítica sobre o processo de educação sexual na escola para além da abordagem biológica e de saúde. Desta forma, alcançamos o objetivo geral no que diz respeito à discussão e reflexão sobre os direitos humanos da população LGBTI+ a partir de uma oficina de audiovisual. Produzimos três vídeos estudantis que fazem parte de um portfólio intitulado: “Cine Arco-Íris”, para o professor exibi-los na escola, produzir

outros com os estudantes através de uma oficina de audiovisual e provocar reflexões no que concerne à construção de um ambiente de respeito à diversidade sexual e de gênero na promoção e proteção da cidadania.

Através da oficina de audiovisual, podemos perceber que a discussão sobre a temática sexualidade e gênero na escola ainda se encontra silenciada e invisibilizada nos planejamentos pedagógicos. Muitas reflexões foram levantadas pelos estudantes e todas reforçam a importância do aprofundamento das discussões de sexualidade e gênero no ambiente escolar.

O reconhecimento de direitos e o combate à violência contra a população LGBTI+ têm conquistado, cada vez mais, um importante espaço no cenário brasileiro e mundial. No entanto, ainda se vive com um quadro de violência muito grande, motivado pela discriminação e ódio contra a população supracitada.

Desta forma, os dados da pesquisa possibilitaram a constatação de que uma abordagem educativa e mediadora pode ser o caminho para mudanças de atitudes e redução de atos violentos. Tais resultados sustentam a necessidade de um trabalho educacional de escuta, acolhimento e ações para o fomento da cidadania dos estudantes LGBTI+.

Durante a oficina, percebemos que os estudantes necessitavam de um momento para dialogarem livremente sem medos de retaliações. A oficina tornou-se um espaço seguro de acolhimento, proteção e de reflexão sobre questões relacionadas às vivências dos estudantes no ambiente escolar. Os relatos apresentados nos encontros expõem uma realidade educacional ainda permeada de exclusão, preconceitos velados, de convívio tolerável, mas ainda pouco respeitável com a diversidade sexual e de gênero.

Sendo assim, o pesquisador aponta como possibilidade a continuidade do estudo da temática, a construção de um relatório técnico direcionado às secretarias de educação, mostrando a importância da abordagem sobre sexualidade e gênero nas escolas para o reconhecimento da questão LGBTI+ como uma temática dos direitos humanos de grande relevância na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS GERAIS

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200014>. Acesso em: 14 mar. 2023.

ANJOS, Maylta Brandão; RÔÇAS, Giselle; PEREIRA, Marcus Vinícius. Análise de livre interpretação como uma possibilidade de caminho metodológico. **Ensino, Saúde e Ambiente**, RJ, v12, p.27-39, dez. 2019. Disponível em: [MAYLTA 2019.pdf](#). Acesso em: 14 set. 2023.

ANJOS, Maylta Brandão. Educação profissional e tecnológica: a prática pedagógica como veículo da liberdade. **Revista Humanidades e Inovação** v.8, n.53, 2021. Disponível em: [5957-Texto do artigo-20479-2-10-20211116 \(1\).pdf](#). Acesso em: 25 set. 2023.

ANPED. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação e ABdC/Associação Brasileira de Currículo. *Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular*. Ofício n.º 01/2015/GR Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2015. Disponível em: [https://anped.org.br/sites/default/files/resources/Oficio\\_01\\_2015\\_CNE\\_BNCC.pdf](https://anped.org.br/sites/default/files/resources/Oficio_01_2015_CNE_BNCC.pdf). Acesso em: 14 mar. 2023.

APPLE, Michael Whitman. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ARAÚJO, Denise Bastos. Outras falas sobre gênero e sexualidade na escola. **Periódicus**, número 2, nov.2014 – abril 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30888> – Acesso em: 25 set. 2023.

BENTO, Berenice. **A (re)invenção da transexualidade**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 548-559, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª Edição. 2017. 600p. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_sit\\_e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf). Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: temas transversais. Brasília, 1998. 436p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC** – propostas de práticas de implementação. Brasília: MEC/SEB, 2019. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia\\_pratico\\_temas\\_contemporaneos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf). Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC** – contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília: MEC/SEB, 2019. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao\\_temas\\_contemporaneos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf). Acesso em: 14 mar. 2023.

BRAZÃO, José Paulo Gomes; DIAS, Alfrancio Ferreira. **O que dizem os estudantes sobre gênero não-binário**: um estudo comparativo na Universidade Federal de Sergipe e na Universidade da Madeira. Revista on line de Política e Gestão Educacional, vol. 25, núm. 3, 2021. Disponível em: [637769831048.pdf \(redalyc.org\)](https://redalyc.org/pdf/637769831048.pdf). Acesso em: 25 set. 2023.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. Os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: Crocodilo Edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAIXETA, Izabella. Nova bandeira LGBT inclui cores trans, intersexo e da luta antirracista. **Estado de Minas, Diversidade**. 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/12/07/noticia-diversidade,1430519/nova-bandeira-lgbt-inclui-cores-trans-intersexo-e-da-luta-antirracista.shtml>. Acesso em: 24 set. 2023.

CARVALHO, Graça Simões de. A Transposição Didática e o Ensino da Biologia. In: CALDEIRA, Ana Maria de Andrade; ARAUJO, Elaine Nicolini Nabuco de (Org.). **Introdução à didática da Biologia**. São Paulo: Escrituras Editora, 2009. P. 34-57.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Luis Bernardo da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004. p. 29-47. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133977>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CÉSAR, Mariana Rodrigues de Almeida. **Lugar de sexo é na escola?** Sexo, sexualidade e educação sexual. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – PR., 2009.

CETRONE, Camila. STF atrasa direito básico ao demorar para julgar uso de banheiros por pessoas trans. Por que é urgente? **Revista Marie Claire Política**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/politica/noticia/2023/06/stf-banheiros-pessoas-trans.ghtml>. Acesso em: 24 set. 2023.

COLARES, Bruno de Sousa; SANTA CRUZ, Rafael Alves Rezende. Abordagem intradisciplinar dos temas contemporâneos transversais nas aulas de Educação Física. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 31, 2021. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/31/abordagem-intradisciplinar-dos-temas-contemporaneos-transversais-nas-aulas-de-educacao-fisica>. Acesso em: 14 mar. 2023.

COSTA, Karen Sarmiento. Escola sem partido? Uma breve reflexão sobre as distorções entre o que o projeto de lei propõe e o que se divulga à sociedade. **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura**, v. 6, n.; 12, p. 238-242, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/e-mosaicos.2017.30267>. Acesso em: 14 mar. 2023.

COSTA, Márcia Sardinha da. **Gênero e identidade(s) na contemporaneidade: os desafios do não-binário**. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2020. Disponível em: [Dissertação – Márcia Sardinha da Costa – 2020.pdf](#). Acesso em: 26 set. 2023.

DINIS, Nílson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 103, p. 477-492, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000200009>. Acesso em: 14 mar. 2023.

DOURADO, Luiz Fernando; SIQUEIRA, Regina Maria. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 2, p. 291 – 306, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol35n22019.95407>. Acesso em: 14 mar. 2023.

ENGEL, Guido Irineu. **Pesquisa-ação**. Educar, Curitiba, n. 16, p. 181-191. 2000. Editora da UFPR. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.214>. Acesso em: 25 set. 2023.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org.). **Educação sexual: múltiplos temas compromissos comuns**. Londrina: UEL, 2009.

FOCAULT, Michel. Sexualidade e Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**. Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, Leandro Gonçalves; MUNFORD, Danilo. **Reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular: um olhar da área de Ciências da Natureza**. Horizontes, v. 36, n. 1, p. 158-170, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v36i1.582>. Acesso em: 14 mar. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Escola sem partido”: imposição da mordaza aos educadores. **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura**, v. 5, n. 9, p. 11-13, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/e-mosaicos.2016.24722>. Acesso em: 14 mar. 2023.

HELENO, Cristina Reis. **Contribuição à crítica da Base Nacional Comum Curricular – a máscara do conformismo na educação do Banco Mundial**. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Feira de

Santana, Feira de Santana, 2017. Disponível em:  
<http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/600>. Acesso em: 14 mar. 2023.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. Disponível em:  
[Orientacoes sobre identidade de genero conceitos e termos-libre.pdf \(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net\)](#). Acesso em: 25 set. 2023.

KRASILCHIK, Myriam. **Prática de ensino de Biologia**. São Paulo: EdUSP, 2008.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOURENÇO, Silmara; MENDONÇA, Viviane. Diferenças e interfaces entre sexo e gênero: reflexões para o ensino de ciências. **Ciências em Foco**, v. 10, n. 1, p. 13-22, 2017. Disponível em: [Vista do Diferenças e interfaces entre sexo e gênero | Ciências em Foco \(unicamp.br\)](#). Acesso em: 24 set. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2009, p. 85-93. Disponível em:  
[Resenha LOURO Guacira Lopes Heteronormat.pdf](#). Acesso em: 26 set. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Revista brasileira de pesquisa sobre formação docente**. Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70, jan./jul. 2011. Disponível em: [EDUCAÇÃO DOCÊNCIA LOURO.pdf](#). Acesso em: 26 set. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16.ed. Petrópolis – Vozes. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade**. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

LOURO, G.L. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p.507-524, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177445>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MACEDO, Elizabeth. Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino. *Cadernos de Pesquisa*, v. 42, n. 147, p. 716-737. 2012. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000300004>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Angela Uchoa. Gênero, Sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Temas em**

**Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 577-591, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-05>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MARINS, Ivo. *et al.* Dos Parâmetros Curriculares Nacionais aos Temas Contemporâneos Transversais: o ensino de sexualidade sob o domínio da “Escola Sem Partido”. **Ensino, saúde e Ambiente**, 16, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/57732> Acesso em: 08 de set. 2023.

MARINS, Ivo; PEREIRA, Marcus Vinícius; RÔÇAS, Giselle. **Cine Arco-Íris Portfólio dos vídeos da oficina de audiovisual**. Produto educacional elaborado no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de Ciências (PROPEC/IFRJ). 2023. Disponível em <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/738723>. Acesso em 05 out. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.12957/dep.2016.25163>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em: [untitled \(scielo.br\)](https://scielo.br/). Acesso em: 24 set. 2023.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

NASCIMENTO, Maria Lúcia; CHIARADIA, Claudia de Freitas. A retirada da orientação sexual do currículo escolar: regulações da vida. **Education: Challenges of an Immanent Research**, v. 5, n. 1, p. 101-116, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.25749/sis.10453>. Acesso em: 14 mar. 2023.

NUNES, Lina Cardoso. O Portfólio na Avaliação da Aprendizagem no Ensino Presencial e a Distância: a alternativa hipertextual. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 18, n. 38, set./dez. 2007. Disponível em: [O Portfólio na avaliação da aprendizagem no ensino presencial e a distância: a alternativa hipertextual | Estudos em Avaliação Educacional \(fcc.org.br\)](https://www.fcc.org.br/revistas/estudos-em-avaliacao-educacional/v18n38/set-dez-2007/01-02). Acesso em: 24 set. 2023.

OLIVEIRA, Maria Helena; VASCONCELOS, Teresa. Os portfólios reflexivos na prática pedagógica: implicações da participação do professor cooperante. Da Investigação às Práticas – **Estudos de Natureza Educacional**, v 10 Nº1, p. 127-152. 2010. Disponível em: [Os portfólios reflexivos na prática pedagógica.pdf \(ipl.pt\)](https://www.fcc.org.br/revistas/estudos-em-avaliacao-educacional/v10n1/01-02). Acesso em: 24 set. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: [Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais | Observatório de Educação \(institutounibanco.org.br\)](https://www.institutounibanco.org.br/observatorio-de-educacao/). Acesso em: 10 nov. de 2023

PASSOS, Silvana Souza Azevedo; AMARAL, Marina. Saberes populares e educação patrimonial: reflexões sobre a descolonização dos currículos escolares. **Caderno Intersaberes**, v. 7, n. 12, p. 197-211, 2018. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1161>. Acesso em: 14 mar. 2023.

PENNA, Fernanda de Aguiar. “Escola sem partido”. **Boletim ANPEd**, maio, 2016.

PEREIRA, Adriana Matos Rodrigues *et al.* O audiovisual como um recurso de expressão na adolescência. In: SOUZA, Carlos Ângelo de Meneses (org.). **Juventudes e Tecnologias: Sociabilidades e Aprendizagens**. Brasília, DF: Unesco, 2015. Cap. 12, p. 255-274.

PEREIRA, Josias; JANHKE, Giovana. **Produção de Vídeo nas Escolas: Educar com Prazer – Estudo de Caso na Escola Independência / Pelotas**. 2012.

PEREIRA, Josias *et al.* **Produção de vídeo estudantil: A hora e a vez do aluno**. UFPEL, 2020.

PEREIRA, Marcus Vinicius. REZENDE FILHO, Luiz Augusto Coimbra de. Investigando a produção de vídeos por estudantes de ensino médio no contexto do laboratório de física. **Revista Tecnologias na Educação – Ano 5, n 8 – 2013**. Disponível em: <http://tecnologiasnaeducacao.pro.br/>>.

REIS, T. (org). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. Disponível em: [01. Manual de comunicação LGBTI + Autor Grupo Dignidade.pdf \(ufmg.br\)](https://www.ufmg.br/centro-de-estudos-gestao-de-diversidade/01-manual-de-comunicacao-lgbt+-autor-grupo-dignidade.pdf). Acesso em: nov. de 2023.

REZENDE, Luiz Augusto. **Trajetória de pesquisa sobre cinema e educação por meio do conceito de endereçamento**. Cinema-Educação: políticas e poéticas / Cesar Leite, Fernanda Omelczuk e Luiz Augusto Rezende (orgs). – 1.ed. – Macaé: Editora NUPEM, 2021.

RIOS, Roger Raupp; RESADORI, Alice Hertzog. Direitos humanos, transexualidade e “direito dos banheiros” **Revista Direito e Práxis**, v. 6, nº 12, 2015, pp. 196-227 UERJ -Rio de Janeiro. Disponível em: [Redalyc.Direitos humanos, transexualidade e “direito dos banheiros”](https://www.redalyc.org/urn:urn:lsid:redalyc.org/1212/121201500012). Acesso em: 24 set.2023.

RIZZA, Juliana Lapa; RIBEIRO, Paula Regina Costa; MOTA, Maria Renata Alonso. **A sexualidade nos cursos de licenciatura e a interface com políticas de formação de professores/as**. Educação Pesquisa, São Paulo, v. 44, 2018.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844176870>. Acesso em: 25 set. 2023.

RÔÇAS, Giselle. *et al.* “O Sorriso de Mona Lisa”. A análise de livre interpretação como perspectiva metodológica em pesquisas. *In*: Rôças, Giselle (org.). **Ensaio sobre a cegueira**: reflexões acerca de processos formativos na área de ensino e o lugar da escola. Porto Alegre: Fi, 2020. Cap. 9, p. 202 – 2018.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTA CRUZ, Rafael Alves Rezende. **Temas contemporâneos transversais na BNCC**. Youtube. 21 fev. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j2iqLrMj6qk&t=98s>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SANTOS, Dione Beatriz Carvalho dos. **Sexualidade: Educação Sexual na Escola**: algumas possibilidades didático-metodológicas. Curitiba: SEED, 2009. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2013/2013\\_fafipa\\_cien\\_artigo\\_vaneide\\_aparecida\\_pereira.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_fafipa_cien_artigo_vaneide_aparecida_pereira.pdf). Acesso em: 14 mar. 2023.

SANTOS, Márcio Soares Baima; MIESSE, Michelle Cristina; CARVALHO, Fátima Aparecida de. As questões de gênero e sexualidade e o movimento escola sem partido: qual o impacto para a base nacional comum curricular? **Revista Diversidade e Educação**, v. 9, n. esp., p. 509-531, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/de.v9iEspecial.12588>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SEFFNER, Fernando. **Sempre atrás de um buraco tem um olho**: racionalidade neoliberal, autoritarismo fundamentalista, gênero e sexualidade na Educação Básica. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-19, 2020 Disponível em: [1809-4309-praxeduc-15-e2015010.pdf](https://doi.org/10.18091/praxeduc.v15e2015010.pdf) (fcc.org.br). Acesso em: 25 set. 2023.

SEVILLA, Glaucia; SEFFNER, Fernando. **A guinada conservadora na educação**: reflexões sobre o novo contexto político e suas reverberações para a abordagem de gênero e sexualidade na escola. *In*: MUNDOS DE MULHERES, 13., 2017. FAZENDO GÊNERO, 11. 2017, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: [http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499465018\\_ARQUIVO\\_textocompletofazendogeneroversaofinalgabrielasevillaefernandoseffner.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499465018_ARQUIVO_textocompletofazendogeneroversaofinalgabrielasevillaefernandoseffner.pdf). Acesso em: 14 mar. 2023.

SILVA, Camila Silveira Figueiredo; BRANCALEONI, Ana Paula Leal; OLIVEIRA, Raquel Rondelli. Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.2.12051>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SILVA, Eduardo Luiz Corrêa da. *Corpo, câmera e ação: oficinas de experimentação audiovisual com estudantes de ensino médio*. 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado

em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, SP, 2019. Disponível em: [corpo câmara e ação.pdf](#). Acesso em: 29 nov.2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA JUNIOR, Pedro Rafael. A questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o movimento LGBTTQIS. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2018. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/3924>. Acesso em: 14 mar. 2023.

TAKARA, Samilo; AMORIM, Fernanda. Coreografias de resistência: gênero na educação. **Revista Fórum Identidades**. Itabaiana-SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 32, nº 1, p. 81-96, jul-dez de 2020. Disponível em: [cmsg,+Fórum-v.32-081.Takara.Accorsi.pdf](#). Acesso em: 25 set. 2023.

TEIXEIRA, Elizabete de Belém Guedes. **Importância das oficinas**. 2012. 85 folhas. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Escola Superior de Educação Almeida Garrett. Lisboa, 2012. Disponível em: [https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/2711/1/Dissertação\\_%20Elizabete%20Teixeira2012.pdf](https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/2711/1/Dissertação_%20Elizabete%20Teixeira2012.pdf). Acesso em: 23 ago.2023.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>. Acesso em: 24 set. 2023.

VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. **Gênero e políticas educacionais: impasses e desafios para a legislação brasileira**. In: VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. **Gênero e educação: educar para a igualdade**. São Paulo: CEM, SME/SP, 2004b. p. 1-160.

VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000100005>. Acesso em: 14 mar. 2023.

VIANNA, Claudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, v. 23, n. 2, p. 127-143, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072012000200009>. Acesso em: 14 mar. 2023.

VIEIRA, M de O. Portfólio: uma proposta de avaliação como reconstrução do processo de aprendizagem. **Psicologia Escolar e Educacional. Universidade de Uberaba/ MG**, v. 6, n.2, p. 149-153. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572002000200005>. Acesso em: 24 set. 2023.

YORK, Sara Wagner. *et al.* **Gênero e sexualidade na educação. Uma perspectiva interseccional**. 1ed. Salvador, BA. Devires, 2022.

## APÊNDICE A – CINE ARCO-ÍRIS: PORTIFÓLIO DOS VÍDEOS DA OFICINA DE AUDIOVISUAL

LINK EDUCAPES <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/738723>.



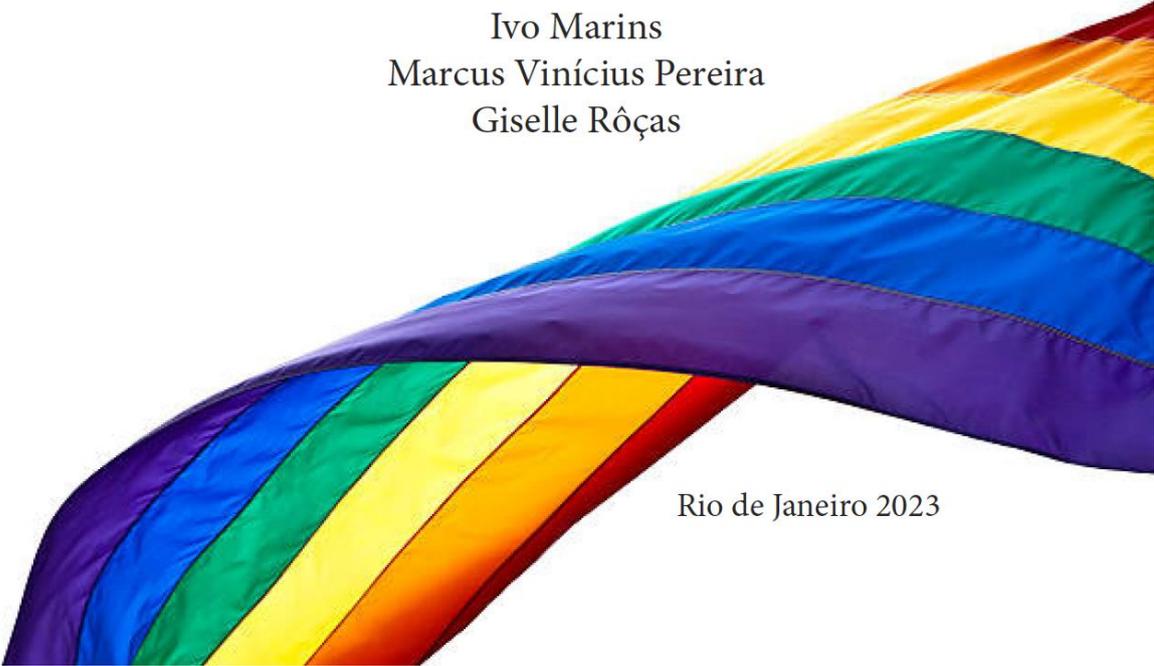
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE  
CIÊNCIAS - PROPEC

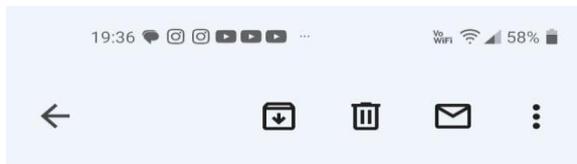
# Cine Arco-Íris

Portfólio dos vídeos da oficina de audiovisual

Ivo Marins  
Marcus Vinícius Pereira  
Giselle Rôças

Rio de Janeiro 2023



**ANEXO I – PRINT DA SUBMISSÃO DO ARTIGO 2**

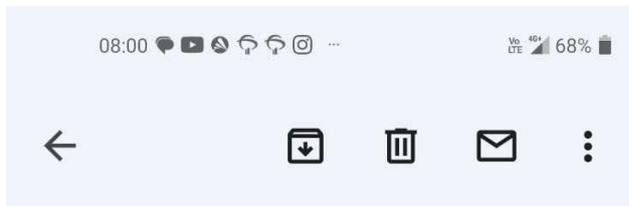
IVO,

Agradecemos a submissão do trabalho "SEXUALIDADE E GÊNERO: QUAIS AS CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E ESTUDANTES DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SOBRE A TEMÁTICA APRESENTADA?" para a revista Revista Ensin@UFMS.

Acompanhe o progresso da sua submissão por meio da interface de administração do sistema, disponível em:

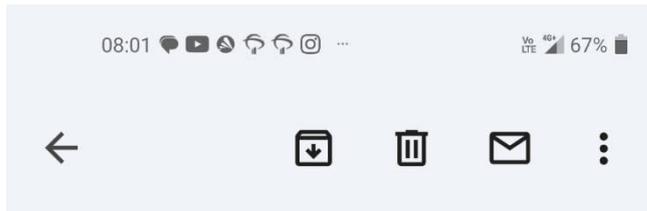
URL da submissão:

<https://periodicos.ufms.br/index.php/anacpt/>

**ANEXO II – PRINT DA SUBMISSÃO DO ARTIGO 3**

IVO MARINS:

Obrigado por submeter o manuscrito, "OFICINA DE AUDIOVISUAL SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO: QUAL A SUA IMPORTÂNCIA PARA A CIDADANIA DOS ESTUDANTES LGBTI+?" ao periódico Diversidade e Educação. Com o sistema de gerenciamento de periódicos on-line que estamos usando, você poderá acompanhar seu progresso através do processo editorial efetuando login no site do periódico:



URL da Submissão:

<https://periodicos.furg.br/divedu/authorDashboard/submission/16298>

Usuário: a7

Se você tiver alguma dúvida, entre em contato conosco. Agradecemos por considerar este periódico para publicar o seu trabalho.

Paula Regina Costa Ribeiro  
A seguinte mensagem será entregue em nome da  
Diversidade e Educação.

---

---

---